

Relatório e
Contas
2012





T-VIDA
Companhia de Seguros, S.A.
Av. da Liberdade, n.º 242
1250 – 149 Lisboa/ Portugal
Registo na Conservatória de
Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 507 684 486
www.t-vida.pt

Índice Geral

4	Órgãos Sociais
6	Relatório do Conselho de Administração
16	Demonstrações Financeiras
20	Demonstração do Rendimento Integral
22	Mapa de Variação de Capitais Próprios
24	Demonstração de Fluxos de Caixa
26	Anexo às Demonstrações Financeiras
64	Divulgação das Políticas de Remuneração
72	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

01. Órgãos Sociais

01. Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

Presidente

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Secretário

João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogais

João de Faria Rodrigues

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

Vogal Suplente

José Silva Duque

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados



Peter de Brito e Cunha
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente

Conselho de Administração



02. Relatório do Conselho
de Administração

02. Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2012.

2.1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2012 ficou marcado pela desaceleração da atividade económica a nível global e pela contração do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas, o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China, e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro. Este último fator foi particularmente visível na primeira metade do ano, em função da instabilidade política e orçamental na Grécia e, também, de um contágio crescente da crise a economias como Espanha ou Itália.

2.1.1. Situação Económica Internacional

Na Zona Euro, apesar da desaceleração da atividade económica e da contração do PIB, a segunda metade do ano foi, no entanto, marcada pela estabilização dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, neste caso expresso na diminuição significativa dos *spreads* dos títulos de dívida pública das economias da periferia face à Alemanha.

Para além de alguns progressos no sentido de uma maior integração financeira e orçamental, esta melhoria do sentimento resultou sobretudo da criação, por parte do BCE, das *Outright Monetary Transactions*, que abriram a possibilidade de compra ilimitada de dívida pública de economias da Zona Euro, em complemento a um eventual programa de assistência financeira formal do ESM (*European Stability Mechanism*).

A maior propensão ao risco a nível global resultou também dos efeitos de políticas monetárias fortemente expansionistas seguidas pelos principais bancos centrais, num contexto de pressões inflacionistas reduzidas. Destaca-se o reforço do *quantitative easing* por parte da Reserva Federal americana, com o chamado QE3, para além das *long term refinancing operations* do BCE e do *quantitative easing* dos Bancos Centrais de Inglaterra e do Japão.

Após um último corte de 25 bps em julho, o BCE manteve a principal taxa de juro de referência inalterada em 0,75% até ao final do ano. No conjunto de 2012, a Euribor a 3 meses caiu de 1,356% para 0,187% e o euro apreciou-se 1,8% face ao dólar, para EUR/USD 1,32.

Nos EUA o índice S&P500 valorizou-se 13,4%. Na Europa, os índices DAX e CAC40 registaram ganhos anuais de 29,1% e 15,2%, respetivamente. Embora com registos menos favoráveis no conjunto do ano (2,9% e -4,7%, respetivamente), os índices PSI-20 e IBEX registaram valorizações pronunciadas no 4º trimestre, 8,7% e 5,95%, respetivamente.

Refletindo o perfil de evolução do sentimento ao longo do ano, o preço do petróleo (Brent) registou uma queda entre o 1º e o 2º trimestres, de

USD 123,8 para USD 97/barril, recuperando a partir do Verão e fechando o ano em USD 111,9/barril, o que representou uma subida de cerca de 4% face à cotação observada no final de 2011.

O PIB dos Estados Unidos cresceu 2% em 2012, o que significou uma ligeira aceleração face ao ano precedente, embora o comportamento da atividade se tivesse revelado irregular ao longo do ano. O consumo privado cresceu moderadamente, com uma melhoria tendencial do sentimento das famílias. O investimento produtivo revelou-se enfraquecido, refletindo baixos níveis de confiança dos empresários e uma elevada incerteza em relação ao quadro orçamental. As exportações evidenciaram um andamento relativamente animado nos primeiros seis meses do ano, perdendo dinamismo na segunda metade do ano, em particular devido à crise da Zona Euro.

Os efeitos não ocorreram apenas no comércio externo norte-americano, tendo as incertezas que perpassaram na região – envolvimento do setor privado no perdão da dívida grega, as eleições legislativas na Grécia, as eleições presidenciais francesas, a queda do governo holandês, a instabilidade no sistema financeiro espanhol e os rumores de um pedido de resgate deste país – contribuído seguramente para a apreciação do dólar durante o primeiro semestre e para a valorização dos *Treasuries* (vistos como ativo de refúgio). A maior estabilização da Zona Euro, após o forte empenhamento do BCE na defesa do euro, retirou fulgor ao dólar e interrompeu os ganhos no mercado de taxa fixa, na segunda metade do ano.

O mercado habitacional, uma das atividades mais penalizadas com a grande recessão, que deteriorou fortemente a riqueza das famílias e o consumo privado, conheceu, em 2012, sinais de recuperação. O mercado de trabalho, por sua vez, igualmente atrasado na recuperação, registou também melhorias, embora sem o dinamismo necessário que permita uma descida rápida da taxa de desemprego. Do 1º para 2º semestre, a criação líquida de emprego aumentou de 14 mil postos de trabalho em termos médios mensais, para 160 mil por mês, permitindo uma redução da taxa de desemprego de 8,3% para 7,8% da população ativa, entre o início e o final de 2012.

A ausência de uma retoma firme da atividade e a persistente resistência à descida rápida da taxa de desemprego conduziu a autoridade monetária a aprofundar a política expansionista, num contexto de expectativas inflacionistas bem contidas e num ano em que as eleições presidenciais condicionaram a ação da política fiscal. A Reserva Federal decidiu, em junho, prolongar até ao fim do ano a Operação Twist, de alongamento do prazo médio dos ativos na posse do seu balanço, garantindo a manutenção da taxa *fed funds* no intervalo entre 0% e 0,25%, até final de 2014.

2.1.2. Situação Económica Nacional

Em Portugal, a conjuntura económica em 2012 ficou, sobretudo, marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro. A desalavancagem em curso no setor privado, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da atividade na Zona Euro, contribuiu para uma contração real do PIB de 3,2%, com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego para valores próximos de 16% da população ativa.

As despesas das famílias caíram 5,6%, refletindo a forte queda do rendimento disponível (3,6% em termos reais) e o aumento da poupança, para um valor ligeiramente acima de 11% do rendimento disponível. Num contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspetivas de evolução da atividade, os agentes económicos retraíram as respetivas despesas e aumentaram as respetivas poupanças, motivados por um sentimento de precaução. O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente elevada (2,8% em termos médios anuais), pressionada pelo aumento dos impostos indiretos.

O investimento voltou, por sua vez, a registar uma forte queda, de 15,2% (13,8% no ano anterior), comum a todos os setores da economia. Este agregado foi penalizado não apenas por condições de financiamento restritivas mas, também, por um recuo na procura de crédito por parte das famílias e empresas. O esforço de desalavancagem e, no caso das empresas, as perspetivas negativas para a procura, terão sido determinantes nesta evolução.

Embora seguindo uma tendência de desaceleração, em particular na parte final do ano, as exportações mantiveram um desempenho anual favorável, com um crescimento superior a 3% em termos reais. As vendas ao exterior foram, naturalmente, penalizadas pela conjuntura recessiva na Zona Euro (em particular, em Espanha), mas observaram crescimentos ainda elevados, de dois dígitos, para mercados exteriores à União Europeia.

Este desempenho, conjugado com uma forte quebra das importações (superior a 7%) e com um aumento da poupança interna, traduziu-se numa melhoria marcada do saldo externo, de 5,1% do PIB em 2011 para um excedente de 0,8% do PIB no final de 2012. Para esta evolução contribuíram todos os setores, com as famílias e o setor financeiro a aumentarem a respetiva capacidade líquida de financiamento e com as sociedades não financeiras e as Administrações Públicas a reduzirem as suas necessidades líquidas de financiamento.

O défice público deverá ter atingido um valor próximo da meta (revista) de 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto, em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA. A dívida pública manteve ainda uma tendência de subida, atingindo 120% do PIB, mais 12 p.p. do que em 2011.

As avaliações positivas da execução do programa de ajustamento e a ação estabilizadora do BCE contribuíram para uma melhoria gradual das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, expressa numa redução significativa das *yields* da dívida pública e dos *spreads* de crédito, bem como na reabertura dos mercados de dívida *wholesale* para empresas e bancos.

A rendibilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu um máximo anual próximo de 17,4% no final de janeiro de 2012, tendo fechado o ano num valor próximo de 7% (e com a tendência de descida a manter-se no início de 2013). A maior abertura dos investidores externos à economia portuguesa refletiu-se, ainda, numa execução favorável do programa de privatizações, com receitas totais próximas de 5,5 mil milhões de euros, acima das expectativas.

2.1.3. Mercado Segurador

Depois da contração sem paralelo da produção de seguro direto em 2011, que recuou para um volume inferior ao de 2005, 2012 voltou a registar uma quebra, embora menos significativa, na produção de seguro direto. Os prémios emitidos ascenderam a 10 911 milhões de euros, o que representa uma quebra de 831 milhões de euros (-7,1%) em relação ao ano anterior.

A evolução negativa que se registou no mercado segurador deveu-se essencialmente à quebra verificada no ramo Vida, apesar da produção dos ramos Não Vida também ter registado uma variação negativa. Com prémios de 6 924 milhões de euros e uma taxa de variação de -8,9%, o

segmento Vida voltou a perder peso no total da produção (de 74,5%, em 2010, para 64,7% em 2011 e 63,5% em 2012).

A queda do rendimento disponível dos particulares, com a consequente diminuição do volume da poupança, contribuiu para a quebra dos produtos com uma componente mais financeira e de poupança para a reforma. Os PPR, que para além destes fatores, também foram afetados pela redução dos incentivos fiscais, registaram uma produção inferior à do ano anterior em 14,1%. Os produtos de risco apresentaram uma evolução mais alinhada com o desempenho global da atividade económica (-2,0% em relação a 2011).

No segmento Não Vida também se registou um decréscimo da produção, tocando com maior intensidade alguns ramos mais sensíveis a variáveis macroeconómicas. O volume de prémios atingiu 3 987 milhões de euros (-3,8% em relação ao ano anterior) com destaque positivo para o ramo Saúde (+2,2%) demonstrando o crescente interesse dos consumidores por esse tipo de proteção. Também os ramos Multirriscos (+1,7%), em especial Habitação, continuaram a ver a sua produção aumentar, expressando uma crescente sensibilidade para a gestão dos riscos e para a proteção em tempos de incerteza.

Com uma queda assinalável na produção, o ramo Acidentes de Trabalho (-10,6%) refletiu a redução do emprego e a contenção da massa salarial da economia, mas também uma nova atenuação dos níveis tarifários médios. Também a produção do ramo Automóvel sofreu uma forte quebra (-5,4%) justificada pela necessidade de redução de custos das famílias e empresas e também pela redução do prémio médio potenciada pela pressão concorrencial existente.

O peso da atividade seguradora no PIB diminuiu de 6,86% em 2011 para 6,40% em 2012. O segmento Vida representa 4,06% do PIB e o Não Vida representa 2,34% (4,44% e 2,42% em 2011, respetivamente).

Apesar da redução da produção de seguros, e de acordo com as contas provisórias do setor segurador, os resultados líquidos do exercício foram muito positivos. O total do setor apresentou resultados antes de impostos de cerca de 876 milhões de euros, sobre o qual incidiu uma carga fiscal de perto de 334 milhões de euros (taxa efetiva superior a 38%) resultando um resultado líquido global perto dos 540 milhões de euros, que compara com os cerca de 10 milhões de euros alcançados em 2011.

Para este resultado muito contribuiu a recuperação dos mercados de capitais observada em 2012, sobretudo no segmento da dívida. A componente financeira terá atingido os 720 milhões de euros (313 milhões de euros em 2011) e a componente técnica os -180 milhões de euros (-303 milhões de euros em 2011). De notar que o resultado de 2012 está influenciado por uma operação extraordinária de cedência de uma carteira vida risco no valor de 240 milhões de euros. Expurgando o efeito desta operação extraordinária o resultado global do setor ascenderia aos 380 milhões de euros.

O ramo Vida, mais sensível à volatilidade dos mercados financeiros, foi o mais beneficiado por tal evolução, apresentado um resultado da conta técnica superior ao do ano anterior em 800 milhões de euros.

Também o segmento Não Vida deu o seu contributo para a evolução positiva dos resultados em 2012, com um crescimento de 40 milhões de euros no resultado da conta técnica, beneficiado pelo evolução positiva da componente financeira.

2.2. Factos Relevantes em 2012

O ano 2012 foi particularmente adverso para o ramo Vida, sobretudo para as linhas de negócio com forte componente de capitalização e PPR. Apesar da maior sensibilidade do aforrador para a poupança, o contexto

fortemente competitivo de captação de recursos sobretudo para o curto prazo, associado à eliminação da dedução à coleta dos prémios de seguro de vida ou da forte limitação dos benefícios fiscais dos PPR, conduziram a um decréscimo da atividade seguradora em 8,9%. A T-Vida, apresentou uma tendência contrária, crescendo 89,9% no volume da sua atividade, fruto do aumento significativo da produção no ramo Capitalização.

Manteve a sua linha estratégica de crescer nos seguros de Vida Risco, criando condições para em 2013, ser dinâmica e continuar a ganhar quota de mercado nesta área. Tem vindo a recriar a sua gama de produtos de Vida Previdência e reforçou a sua capacidade de distribuição, selecionando um conjunto de parceiros de negócio com perfil e apetência para vender este tipo de seguros. Desenvolveu ainda nesta área, novas formas de distribuição, nomeadamente a venda por telefone, tendo obtido resultados muito satisfatórios, desde 2011.

A prestação de um serviço de qualidade aos seus Clientes e Parceiros de Negócio continuou a ser um dos objetivos prioritários da T-Vida, pelo que, durante o ano, foi mantida uma política de introdução contínua de melhorias na informatização dos serviços.

Relativamente ao stock de apólices, a maturidade de alguns produtos e a busca do aforrador por taxas mais elevadas no curto prazo, levou à anulação de um número significativo de apólices, sendo o stock a 31.12.2012 de 133 701 apólices.

2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Atividade

	(milhares de euros)		
	2012	2011	VAR 12/11 %
Balanço			
Investimentos	721 421	796 869	-9,5
Ativo líquido	865 913	902 978	-4,1
Capital próprio	65 174	62 895	3,6
Provisões matemáticas e passivos de c. de investimento	725 522	737 933	-1,7
Ganhos e Perdas			
Total de produção	89 577	47 166	89,9
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	31 341	31 722	-1,2
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	60 331	62 284	-3,1
Provisão matemática, líquida de resseguro	28 653	30 026	-4,6
Participação nos resultados, líquida de resseguro	2 135	1 698	25,8
Custos operacionais	6 476	6 923	-6,5
Resultado financeiro	-5 334	15 727	-133,9
Saldo técnico ⁽¹⁾	6 565	8 206	-20,0
Saldo global ⁽²⁾	11 884	9 819	21,0
Resultado líquido	4 530	3 013	50,3
Indicadores (%)			
Saldo técnico/ total de produção	7,3	17,4	-10,1 p.p.
Custos operacionais/ total de produção	7,2	14,7	-7,4 p.p.
Custos operacionais/ provisões mat. e passivos de c. de inv.	0,9	0,9	0,0 p.p.
Taxa de cobertura da margem de solvência	136,4	116,7	19,7 p.p.
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	180,2	182,4	-2,2 p.p.
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	42,8	259,6	-216,8 p.p.
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	7,1	12,5	-5,4 p.p.
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	3,4	6,6	-3,2 p.p.
Outros indicadores			
Nº Empregados ⁽³⁾	19	17	11,8
Nº Apólices	133 701	139 465	-4,1

(1) Saldo Técnico Líquido de Resseguro.

(2) Saldo Técnico + Saldo Atividade Financeira.

(3) Colaboradores pertencentes ao Quadro Permanente.

2.4. A Atividade da T-Vida em 2012

2.4.1. Total de Produção

Em 2012 verificou-se uma alteração significativa na produção da Seguradora, consequência do contexto do mercado segurador, aliada à necessidade de crescimento e solidificação do negócio.

A produção totalizou 89 577 milhares de euros, registando um crescimento de 89,9% (+42 411 milhares de euros), face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pelo aumento significativo da produção nos financeiros, nomeadamente nos produtos de Capitalização, que apresentam um aumento de 46 349 milhares de euros.

Os produtos PPR deram um contributo negativo, registando uma quebra de 18,4% (-3 839 milhares de euros). De salientar que, os novos produtos, subscritos no 2º semestre de 2012 têm vindo a melhorar a *performance* dos PPR Garantido, face ao período homólogo.

As Rendas tiveram uma redução de 9,2% (-404 milhares de euros), bem como os Mistos que decresceram 13,9% (-389 milhares euros), dado tratar-se de um tipo de produto pouco comercializado e de elevada maturidade.

A linha de negócio Vida Risco cresceu 4,9% ganhando relevância na produção, chegando no final do ano com um peso de 16,1%. Este crescimento adquire particular importância dadas as margens técnicas elevadas que este tipo de produtos proporciona, dando um contributo significativo para os resultados da Companhia.

	(milhares de euros)		
	2012	2011	VAR 12/11 %
Total de Produção	89 577	47 166	89,9%
Contratos Seguros	33 744	34 373	-1,8%
- Rendas vitalícias	3 992	4 396	-9,2%
- Restantes produtos risco e mistos	16 854	16 549	1,8%
- Produtos de capitalização	2 463	4 484	-45,1%
- PPR	10 435	8 944	16,7%
Contratos de Investimento	55 833	12 793	336,4%
- Produtos de capitalização	49 243	873	5540,6%
- PPR	6 590	11 920	-44,7%

2.4.2. Custos com Sinistros e Benefícios Pagos

O total de custos com indemnizações ascendeu a 84 692 milhares de euros, apresentando uma redução de 49,3% comparativamente a 2011. Esta diminuição é justificada pelo impacto do resgate da OCA, no valor de 71 249 milhares de euros, verificada em 2011 e também pela redução significativa dos resgates no PPR Garantido e PPR *Unit Links*.

O peso das indemnizações face às provisões matemáticas em início de período foi de 11,7% (contra 13,0% no ano anterior), tendo o ano de 2012 sido caracterizado como um ano de elevado valor de vencimentos (15 121 milhares de euros) e menor volume de resgates (50 964 milhares de euros, -23,7% face ao período homólogo).

Nos PPR, os custos com sinistros e benefícios pagos atingiram os 19 233 milhares de euros (+31,9%), justificados pela diminuição de resgates em 14 551 milhares de euros (-26,0%), tendo os mesmos, um peso de 49,1% no total de custos com sinistros, face a 58,5% realizados em 2011. Os

produtos de Capitalização diminuíram a sua sinistralidade em 513 milhares de euros, resultado do decréscimo dos vencimentos e resgates, dos produtos Financeiros. Nos produtos Tradicionais os custos com indemnizações totalizaram 15 958 milhares de euros (+16,9%), essencialmente devido à elevada sinistralidade nos produtos de Risco e nas Rendas.

	(milhares de euros)		
	2012	2011	VAR 12/11 %
Custos com Sinistros e Benefícios Pagos	84 692	167 143	-49,3%
Contratos Seguros	60 803	62 687	-3,0%
- Rendas vitalícias	6 391	5 255	21,6%
- Restantes produtos risco e mistos	9 568	8 393	14,0%
- Produtos de capitalização	5 876	6 094	-3,6%
- PPR	38 602	42 590	-9,4%
Benefícios Pagos de Contratos de Investimento	23 889	104 456	-77,1%
- Produtos de capitalização	4 656	4 951	-6,0%
- PPR	19 233	28 256	-31,9%
- Operações de capitalização	-	71 249	-

2.4.3. Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento

A evolução verificada nas provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento está diretamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência direta com o valor registado nos passivos de contratos de seguro e de investimento.

A 31 de dezembro de 2012, as provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento decresceram 1,7% (-12 411 milhares de euros), redução justificada essencialmente pela diminuição das provisões matemáticas dos PPR (-22 218 milhares de euros) e degradação dos Passivos Financeiros na Operação de Capitalização (-24 410 milhares de euros), com um valor de 278 552 milhares de euros (302 962 milhares de euros em 2011), que representa 38,4% (41,1% em 2011) das provisões matemáticas e passivos de contratos de seguro e de investimento.

A venda de contratos com taxas técnicas mais baixas deu origem a uma menor variação da média das taxas mínimas garantidas dos PPR, verificando-se uma oscilação de 2011 para 2012 de 3,06% para 3,08%, no entanto, nos produtos de Capitalização, a oscilação foi maior devido aos novos produtos de 2012, com taxas técnicas superiores.

De assinalar que a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 59,8% (68,3% em 2011) do total das provisões matemáticas e dos passivos de contratos de seguro e de investimento em 2012, tem permitido à Companhia manter uma posição de destaque no mercado, nomeadamente no segmento de Seguradoras que não exploram o canal bancário.

	(milhares de euros)		
	2012	2011	VAR 12/11 %
Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento	725 522	737 933	-1,7%
Provisões Matemáticas	286 545	313 242	-8,5%
- Rendas vitalícias	48 038	48 700	-1,4%
- Restantes produtos risco e mistos	34 223	35 763	-4,3%
- Produtos de capitalização	32 163	34 440	-6,6%
- PPR	172 121	194 339	-11,4%
Passivos Financeiros	438 977	424 691	3,4%
- Produtos de capitalização	65 227	19 007	243,2%
- PPR	95 198	102 722	-7,3%
- Operações de capitalização	278 552	302 962	-8,1%

2.4.4. Saldo Técnico

Verificou-se uma diminuição do saldo técnico ⁽¹⁾ de 8 206 milhares de euros em 2011, para 6 565 milhares de euros, em 2012. Esta redução representa, face ao ano anterior, uma diminuição 1 641 milhares de euros (-20,0%), e explica-se essencialmente pelo aumento da sinistralidade nos produtos de Risco.

O saldo financeiro ⁽²⁾ apresentou uma variação positiva de 3 706 milhares de euros (+229,8%), resultante da evolução favorável dos rendimentos afetos, dos rendimentos de resseguro financeiro e diminuição das responsabilidades para com os Clientes associadas a produtos de taxa garantida.

O saldo global ⁽³⁾ situou-se em 11 884 milhares de euros, com um aumento de 2 065 milhares de euros (+21,0%) face ao ano anterior.

	(milhares de euros)		
	2012	2011	VAR 12/11 %
Saldo Técnico ⁽¹⁾	6 565	8 206	-20,0%
- PPR	250	450	-44,9%
- Capitalização	-196	142	-237,8%
- Tradicionais	6 511	7 614	-14,5%
Saldo Atividade Financeira ⁽²⁾	5 319	1 613	229,8%
- PPR	4 840	-936	-617,1%
- Capitalização	418	834	-49,8%
- Tradicionais	-311	1 307	-123,8%
- Operações de capitalização	372	408	-8,9%
Saldo Global ⁽³⁾	11 884	9 819	21,0%

(1) Saldo técnico líquido de resseguro.

(2) Rendimentos da atividade financeira incluindo participação nos resultados e juro técnico.

(3) Saldo técnico + saldo atividade financeira.

2.4.5. Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram um decréscimo de 6,5% (-447 milhares de euros), face ao ano anterior, essencialmente devido à redução substancial de fornecimentos e serviços externos.

Os custos com pessoal aumentaram 33,6% (+435 milhares de euros), em resultado, essencialmente de custos com reestruturação de pessoal, ocorridos no último trimestre de 2012, e não verificados em 2011. Esta variação deve-se também ao reforço da equipa Vida, nos serviços de Atuário, Contabilidade e Processos.

Os fornecimentos e serviços externos diminuíram -23,3% (-679 milhares de euros). Apesar do aumento nas rubricas: publicidade (custos com ações *Telemarketing*) e trabalho especializado de informática, verificou-se uma diminuição acentuada nos custos com comissões de canal bancário e do contrato de prestação de serviços com a Bes-Vida.

Comparativamente ao período homólogo, os custos com impostos e taxas aumentaram face ao volume de prémios registados em 2012, (impacto de produtos de Capitalização garantida, subscritos desde julho de 2012).

As amortizações, diminuíram -7,8%, face ao ano anterior, devido à alteração do critério de amortizações (passam a amortizar em 5 anos e não em 3 anos, como nos anos anteriores).

As Comissões reduziram o seu custo em 12,0%, pois no 1º semestre verifica-se uma diminuição da carteira sob gestão da ESAF (diminuição Obrigações).

Custos Operacionais	(milhares de euros)		
	2012	2011	VAR 12/11 %
Gastos com pessoal	1 729	1 294	33,6%
FSE	2 239	2 918	-23,3%
Imposto e taxas	43	23	84,9%
Amortizações do exercício	2 188	2 372	-7,8%
Comissões	278	316	-12,0%
Total	6 476	6 923	-6,5%

2.4.6. Investimentos

No conjunto de 2012, os mercados financeiros acabaram por evidenciar um comportamento bastante favorável, acima da expectativa, considerando os riscos que se antecipavam e o ambiente de baixo crescimento económico global.

A crise de dívida soberana na Europa persistiu, propagando-se às economias do centro da Europa, tendo surgido inclusivamente receios quanto à continuidade do euro e manteve-se a incerteza quanto à condução da política fiscal nos EUA. Estes factos, em complemento com outros de cariz semelhante, originaram períodos de grande volatilidade que, no entanto, não impediram o forte desempenho dos ativos financeiros, sobretudo dos ativos de maior risco.

O suporte dos bancos centrais, através de políticas expansionistas e não convencionais, determinou a redução significativa dos riscos, o que acabou por potenciar a forte valorização dos ativos financeiros. Nos EUA, a Reserva Federal (*Fed*) voltou a implementar planos adicionais de compras de obrigações (*quantitative easing*) e a manter as expectativas de taxas de juro virtualmente nulas, até meados de 2015. Perto do final do ano, o *Fed* anunciou um reforço da postura expansionista da política monetária, ligando futuras decisões sobre as taxas de juro à taxa de desemprego (abaixo de 6,5%) e da taxa de inflação (expectativa de inflação até um horizonte temporal de 2 anos abaixo de 2,5%). Na zona euro, o Banco Central Europeu (BCE) implementou ao longo do ano medidas para combater a crise da dívida pública da Zona Euro, nomeadamente com o corte da taxa de juro para 0,75%, a cedência de liquidez aos bancos pelo prazo de três anos (LTRO's) efetuada em março e através do plano de compra de obrigações com maturidades até três anos (*Outright Monetary Transactions*) anunciado em setembro.

Nos mercados obrigacionistas, o ano de 2012 ficou novamente marcado pela crise da dívida Europeia. Em março, a Grécia efetuou com sucesso uma troca voluntária de obrigações detidas pelos credores privados de forma a diminuir o peso da dívida, com o objetivo de atingir um peso da dívida face ao PIB de 120% em 2020. Contudo, perto do final do ano este objetivo parecia difícil de atingir e foram acordadas taxas mais baixas e prazos mais alargados de pagamento dos empréstimos com os credores oficiais (União Europeia e Fundo Monetário Internacional), de forma a tornar sustentável a dívida do país a longo-prazo. Espanha também esteve sob o foco dos mercados, tendo em junho efetuado um pedido de apoio financeiro para recapitalizar o seu setor bancário. As necessidades apuradas foram de cerca de 54 Mil Milhões de Euros, um valor bastante abaixo dos 100 Mil Milhões inicialmente previstos, com a entidade Bankia a ser responsável por grande parte do esforço de recapitalização. Ao contrário da expectativa de início do segundo semestre a recapitalização do setor financeiro espanhol evitou um pedido de resgate financeiro por parte do Reino de Espanha, com o país a conseguir financiar-se nos mercados de forma bem sucedida.

Os mercados acionistas tiveram um bom ano em 2012, apesar da crise da dívida Europeia e da fraca dinâmica económica na Europa. Os mercados apresentaram subidas semelhantes, com o índice Eurostoxx 50 (Europa) a subir cerca de 13%, registando efetivamente uma *performance* superior à dos EUA (S&P 500 +11%) que demonstraram ao longo do ano ter uma melhor dinâmica de atividade económica. Os mercados emergentes subiram 15% (índice MSCI *Emerging Markets*), beneficiando especialmente da

procura por ativos com risco. Este comportamento similar entre as várias regiões é explicado, em grande parte, pelas políticas fortemente expansionistas dos bancos centrais que aumentaram fortemente a liquidez nos mercados financeiros, levando a rentabilidades positivas nas ações apesar do ambiente macroeconómico genericamente desfavorável.

Em 2013, o crescimento económico global deverá manter-se ligeiramente positivo. Os indicadores macroeconómicos, especialmente na Europa, deverão continuar a ser influenciados pelos processos de consolidação orçamental e pelo processo de desalavacagem. O estreitamento significativo de *spreads*, especialmente nos países periféricos, em 2012 limita o retorno potencial em 2013.

Na T-Vida, a estratégia de investimento implementada durante 2012, não sofreu alterações significativas face às implementadas no ano anterior. A política de investimentos centrou-se sobretudo no investimento em obrigações de taxa fixa e aplicações de curto prazo, maximizando o retorno dos investimentos efetuados, privilegiando a solvabilidade financeira da empresa e consequentemente do grupo económico.

Dada a elevada incerteza macroeconómica registada no final de 2011, relativamente à zona euro, a empresa adotou uma estratégia ponderada durante o primeiro trimestre de 2012, privilegiando o investimento em aplicações de curto prazo, em depósitos a prazo, aproveitando as taxas de juro elevadas associadas aos mesmos, e em obrigações e bilhetes do tesouro com vencimento em 2012.

Este posicionamento foi, progressivamente, alterado ao longo do primeiro semestre. Neste período, a empresa participou ativamente no mercado primário, beneficiando do prémio atrativo das novas emissões. Em complemento, estendeu-se, ligeiramente, a maturidade da sua exposição a alguns emissores, de modo a aproveitar a inclinação favorável da respetiva curva da dívida. Também, com estas operações foi possível mitigar o nível de crédito da carteira de obrigações, através do investimento em emissores *core*.

No final do primeiro semestre, com o agudizar da crise soberana de alguns países periféricos europeus, em particular da Espanha, o mercado de crédito entrou numa fase de maior volatilidade, tendo-se ajustado a estratégia da empresa em consonância. Deste modo, realizaram-se mais valias em títulos que tinham registado uma valorização significativa, sobretudo, aqueles que haviam sido emitidos já em 2012 em mercado primário. No primeiro semestre, foi efetuado um conjunto de transações com o intuito de se proteger a carteira de uma fase de maior incerteza.

As declarações do presidente do BCE, de que o banco central faria o que fosse preciso para preservar o Euro, acompanhado de uma descida da taxa de juro para um mínimo histórico de 0,75%, deu um novo estímulo ao mercado, impulso que foi incrementado pelo terceiro programa de *Quantitative Easing* pela Reserva Federal nos EUA.

Neste ambiente de taxas de juro muito baixas e de suporte por parte dos bancos centrais, a procura por retornos atrativos, beneficiou particularmente os ativos de risco. Este ambiente, de apetência por risco, estendeu-se ao mercado obrigacionista que na sequência da forte queda das taxas de juro implícitas na dívida pública dos países periféricos, induziu a fortes ganhos no mercado de obrigações.

A empresa geriu ativamente, ao longo do ano, esta componente tendo realizado investimentos em títulos de emissores portugueses com liquidez, nomeadamente, através da compra de obrigações de taxa fixa de empresas e de dívida pública. Esta estratégia veio a revelar-se acertada, o que permitiu à empresa aumentar as mais valias realizadas e potenciais, particularmente devido aos ganhos conseguidos com a dívida pública portuguesa.

Simultaneamente, a estratégia de investimento continuou a manter um enfoque especial na gestão da liquidez, apesar da diminuição de exposição -24,3% (-21 902 milhares de euros) na ponta final do ano. Ao longo do ano, a empresa manteve o nível de liquidez sustentadamente acima dos 15%, do

total da carteira. Com este procedimento tirou partido da alavancada remuneração existente nos depósitos a prazo, e utilizou-a, pontualmente, como medida de proteção face à volatilidade dos mercados financeiros.

A empresa diminuiu (-12,3%) a exposição a obrigações de taxa variável, com o intuito de proteger a rentabilidade das baixas taxas de juro do mercado monetário associadas e de redução de exposição por emitente. Ao nível das obrigações de taxa fixa, na qual se praticou uma gestão ativa, também se registou uma diminuição do investimento em -2,0% (-4 790 milhares de euros). Adicionalmente, e como forma de proteção face a eventuais subidas de taxa de juro manteve-se a duração média das obrigações inferior a 4 anos. No final do ano, o *rating* médio da carteira de obrigações era superior ao de Portugal, com enfoque no setor financeiro e *government*.

A empresa manteve uma exposição praticamente imaterial ao mercado acionista (diretamente ou via fundo de investimento), representando no final do ano um peso inferior a 2% do total da carteira sem *Unit Links*. As operações realizadas ao longo do ano, e em balanço no final do ano, privilegiaram a exposição aos mercados acionistas norte-americano.

O investimento em ativos alternativos, nomeadamente, *private equity* e fundos de investimento de tesouraria, totaliza no final do ano 11 615 milhares de euros. Não foi realizada qualquer operação envolvendo *hedge funds* ou produtos de características semelhantes. Apenas, existem posições sob o setor imobiliário em *Unit Links*.

(milhares de euros)			
Ativos sob Gestão ⁽¹⁾	2012	2011	VAR 12/11 %
Obrigações	295 471	308 813	-4,3%
Taxa fixa	234 553	239 343	-2,0%
Taxa variável	60 918	69 470	-12,3%
Ações e Fundos de Investimento	17 594	5 919	197,2%
Ações	999	-	-
Fundos de investimento mobiliários	16 595	3 489	375,6%
Fundos de investimento imobiliários	-	2 430	-100,0%
Liquidez	68 200	90 102	-24,3%
Outros	34	34	0,0%
<i>Unit links</i> ⁽²⁾	284 453	308 842	-7,9%
Total	665 752	713 710	-6,7%
Total sem <i>Unit Link</i>	381 299	404 868	-5,8%
Operações de reporte	35 787	47 594	-24,8%
Ativos a deter até à maturidade	79 224	107 679	-26,4%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

(2) Essencialmente em fundos de investimento.

A carteira de investimentos, sem *Unit Links*, apresenta no final do ano um decréscimo de -23 569 milhares de euros (-5,8%), face a 2011. Esta evolução resulta, essencialmente, do processamento de devolução total de Prestações Acessórias de Capital.

Durante o ano, a empresa procedeu à diminuição do valor líquido registado em operações de reporte, tendo terminado o ano com um valor, alocado a estas operações, de cerca de 35 787 milhares de euros.

Na sequência da Norma Regulamentar N.º 4/2011-R, de 2 de junho, emitida pelo ISP, a T-Vida terminou o ano de 2012 com 79 224 milhares de euros (-26,4%), contabilizados na classe de Investimentos a deter até à maturidade.

(milhares de euros)			
Resultado Financeiro ⁽¹⁾	2012	2011	VAR 12/11 %
Rendimentos	14 728	16 923	-13,0%
Ganhos e perdas	2 950	873	237,9%
Imparidades/ reversão	-	-2 128	-100,0%
Ganhos/perdas <i>unit links</i>	-23 012	59	-39103,4%
Total	-5 334	15 727	-133,9%
Total s/ <i>Unit Link</i>	17 678	15 668	12,8%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão

Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro, valorização de passivos financeiros e desreconhecimento de passivos contingentes

Os resultados financeiros, do ano de 2012, apresentam um decréscimo homólogo de -21 061 milhares de euros (-133,9%), sendo esta diferença apurada, particularmente, na rubrica de Ganhos e Perdas de *Unit Links*. Excluindo o efeito dos *Unit Links*, o ano de 2012 apresenta um crescimento face ao valor homólogo, num total de +2 010 milhares de euros (+12,8%). O ano de 2011 ficou marcado pelo registo de imparidade sob a dívida pública da Grécia, no valor de -2 068 milhares de euros.

Em 2012, assistiu-se à obtenção de ganhos realizados líquidos na alienação de obrigações de taxa fixa no montante +4 552 milhares de euros. Por outro lado, a estratégia de redução da exposição nominal a obrigações de taxa variável conduziu ao registo contabilístico de menos valias realizadas num total de -2 219 milhares de euros.

Relevo para o recuo dos rendimentos gerados, que apresentam um decréscimo -13,0%, resultado da diminuição das taxas de juro e de uma carteira média de investimentos inferior.

A rentabilidade dos ativos médios (excluindo o efeito dos *Unit Links*) sobre o resultado financeiro situou-se em 4,6%, o que compara com os +3,7% obtidos em 2011. Se adicionarmos a variação registada na Reserva de Justo Valor, a rentabilidade é de 9,4% (2011: 3,0%). Em 2012, a diminuição das perdas potenciais foi de 18 288 milhares de euros.

2.4.7. Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2012 o capital próprio aumenta para 65 174 milhares de euros, mais 2.279 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Este aumento é explicado pelo aumento das reservas de reavaliação em 18 288 milhares de euros, situando-se nos -7 486 milhares de euros, por impacto da evolução do mercado de crédito. O aumento do resultado líquido também contribuiu para o crescimento do capital próprio, em 1 517 milhares de euros.

O rácio de solvabilidade estimado em dezembro de 2012 (excluindo o efeito de distribuição de dividendos) situou-se em 136%, que compara com 116% registado em 2011. Para esta variação favorável contribuiu a redução da margem de solvência exigida, em consequência da redução de Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares).

(milhares de euros)			
Capital Próprio	2012	2011	VAR 12/11 %
Capital social	65 000	65 000	-
Outros instrumentos de capital	-	12 500	-
Reservas de reavaliação	-7 486	-25 774	71,0
Outras reservas	3 053	8 090	-62,3
Resultados transitados	77	66	17,0
Resultado líquido	4 530	3 013	50,3
Total	65 174	62 895	3,6

2.4.8. Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o Grupo Tranquilidade, no qual a T-Vida se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2012, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Prevê-se, no entanto que esta Diretiva possa ser substancialmente alterada, quer no seu âmbito, quer ainda na data limite de transposição, com a publicação da Diretiva *Omnibus II* durante o ano 2013.

Pese embora tal facto, no decurso do ano 2012, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Continuação do desenvolvimento de metodologias de cálculo de capital económico, utilizando para tal ferramentas específicas;
- Participação ativa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Análise, sistematização e divulgação interna de *pre-consultation papers*, destacando-se os documentos referentes aos *Quantitative Report Templates (QRT)*, *Own Risk and Solvency Assessment (ORSA)* e *Solvency Financial Condition Report (SFCR)*;
- Revisão e atualização do sistema de controlo interno, com o respetivo mapeamento dos processos, riscos, controlos e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, a política de controlos e gestão de acessos e a política de gestão de investimentos;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através dos mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas e desenvolvimento de procedimentos adicionais de controlo do risco operacional relacionado com a fraude.

Em matéria de Solvência II foi ainda efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

2.5. Proposta de Aplicação de Resultados

Os Resultados do Exercício atingiram 4 529 748,78 euros, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- a) 10% do Resultado do Exercício no montante de 452 974,88 euros para Reserva Legal;
- b) Pagamento de dividendos no montante de 4 050 000,00 euros;
- c) O remanescente para Resultados Transitados.

O rácio de solvência, após a aplicação de resultados atrás proposta, mantém-se acima dos níveis mínimos regulamentares exigidos.

2.6. Objetivos para 2013

Para 2013, a T-Vida manterá a sua estratégia de total focalização no negócio tradicional de Vida: Risco Previdência e captação de poupança programada de médio/longo prazo. As oportunidades que surgem com a internacionalização das empresas portuguesas, com a mobilidade frequente das pessoas à procura de novas oportunidades em diferentes geografias, associado à profissionalização dos nossos parceiros de negócio, irão permitir atingir resultados em linhas de negócio fundamentais para o desenvolvimento rentável da atividade.

Para além disso, a industrialização da venda direta de Vida Risco, o desenvolvimento de novas formas de abordar o segmento de Grandes e Médias Empresas, irão continuar a proporcionar ganhos acelerados de produção de Vida Risco.

Na poupança programada, apesar da forte redução das vantagens/benefícios fiscais dos seguros de capitalização e dos PPR em particular, consideramos que estes mantêm a sua atratividade como instrumento privilegiado para a captação da poupança de médio/ longo prazo, pelo que é nosso propósito continuar a aumentar o número de Clientes equipados com este tipo de produto.

A inovação da Oferta, assim como a prestação de um de serviço de qualidade continuará a ser uma das principais preocupações da T-Vida, pretendendo ser no setor, uma empresa de referência.

A base de atuação da T-Vida continuará inserida numa lógica de fidelização dos Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Agentes e Corretores da Tranquilidade, assente nos seguintes pilares:

1. O alargamento seletivo da base de Agentes distribuidores de produtos Tradicionais, Vida Risco e Poupança de médio longo prazo. O *coaching* da rede de Agentes para reforço das suas competências ao nível do aconselhamento de Soluções de Proteção e Segurança, assim como a disponibilização de ofertas inovadoras que dão resposta às necessidades das sociedades modernas, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento prospetivado.
2. A otimização do modelo de distribuição *assurfinance* aproveitando a experiência adquirida por esta rede na área do aconselhamento global aos seus Clientes e a proximidade de relação com a rede bancária do Banco Espírito Santo.
3. O reforço da presença da T-Vida no Segmento Empresas, Grandes e Médias numa lógica de “*Fringe Benefits*” ou de “*Employee Benefits*”, com soluções ajustadas, às empresas e em particular às que atuam em diversas áreas geográficas ou com projeção internacional.
4. A abordagem ao segmento Negócios numa lógica de oferta integrada, Vida e Não Vida, continuará a ser desenvolvida e potenciada.

Os objetivos estabelecidos para 2013 são concordantes com as expectativas de crescimento do setor e da economia.

No âmbito da gestão do risco global, irão ser prosseguidas no decurso do ano de 2013, as ações iniciadas no ano anterior as quais visam uma adequada implementação das regras definidas pela Diretiva de Solvência II, a qual se prevê, venha a ser substancialmente alterada, quer no seu âmbito, quer na sua data limite de transposição, com a publicação da Diretiva *Omnibus* no decorrer do ano.

Destacamos em concreto, para o ano de 2013, o desenvolvimento das seguintes medidas/ atividades:

- Monitorização do programa de implementação de Solvência II e sua adaptação às novas exigências regulamentares previstas para o ano 2013;
- Participação ativa no Estudo de Impacto Quantitativo focado nas questões relacionadas com os produtos de seguros com garantias de longo prazo (*Long-Term Guarantee Assessment – LTGA*);
- Implementação dos procedimentos impostos pelo Regime FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*) e formalização da respetiva adesão junto das Autoridade Tributárias Norte-Americanas;
- Formalização de Limites de Tolerância ao risco;
- Desenvolvimento e formalização de algumas políticas de risco, tais como: política de *outsourcing*; política de segurança e acesso às instalações; política de *pricing* e desenvolvimento de produtos, política ORSA;
- Adaptação das ferramentas existentes ao nível das exigências previstas para o cálculo do capital económico.

2.7. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Acionistas, à imprescindível colaboração prestada pela BES-Vida e Tranquilidade, bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia T-Vida.

Registamos igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 5 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)



03. Demonstrações
Financeiras

03. Demonstrações Financeiras

Balanço (Ativo) de 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

ATIVO	Notas de Anexo	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	5 856		5 856	5 588
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação	6				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	281 305		281 305	315 583
Derivados de cobertura	6				
Ativos disponíveis para venda	6	228 468		228 468	200 625
Empréstimos e Contas a Receber		132 424		132 424	172 982
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	112 631		112 631	134 731
Empréstimos concedidos	6	34		34	34
Contas a receber					
Outros	6	19 759		19 759	38 217
Investimentos a deter até à maturidade	6	79 224		79 224	107 679
Terrenos e Edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros ativos tangíveis					
Inventários					
Goodwill					
Outros ativos intangíveis	12	50 979	-14 743	36 236	37 903
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		1 499		1 499	1 419
Provisão para prémios não adquiridos					
Provisão matemática do ramo Vida	4	505		505	586
Provisão para sinistros	4	252		252	155
Provisão para participação nos resultados	4	742		742	678
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	84		84	
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		3 638	-145	3 493	2 446
Contas a receber por operações de seguro direto	13	1 880	-145	1 735	2 048
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	66		66	238
Contas a receber por outras operações	13	1 692		1 692	160
Ativos por Impostos		1 529		1 529	6 856
Ativos por impostos correntes	24	44		44	229
Ativos por impostos diferidos	24	1 485		1 485	6 627
Acréscimos e diferimentos	13	2 065		2 065	1 078
Outros elementos do ativo	13	93 730		93 730	50 819
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Ativo		880 801	-14 888	865 913	902 978

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR GERAL
Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
PASSIVO			
Provisões Técnicas		296 770	323 097
Provisão para prémios não adquiridos	4	1 511	1 467
Provisão matemática do ramo Vida	4	285 039	313 242
Provisão para Sinistros			
De vida	4	7 778	6 152
Provisão para participação nos resultados	4	2 442	2 236
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	439 748	424 691
Outros Passivos Financeiros		56 103	85 811
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5	56 103	85 811
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23		5
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		1 929	2 247
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	1 321	1 481
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	287	538
Contas a pagar por outras operações	13	321	228
Passivos por Impostos		2 541	271
Passivos por impostos correntes	24	2 541	271
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	3 647	3 785
Outras provisões	13	1	176
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		800 739	840 083
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	65 000	65 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25		12 500
Reservas de Reavaliação		-7 486	-25 774
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-7 754	-26 302
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	26	268	528
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	1 169	6 533
Outras reservas	26	1 884	1 557
Resultados transitados	35	77	66
Resultado do exercício		4 530	3 013
Total Capital Próprio		65 174	62 895
Total Passivo e Capital Próprio		865 913	902 978

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR GERAL
Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	31 de Dezembro de 2012				31 de Dezembro de 2011
	Notas do Anexo	Técnica Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		31 341		31 341	31 722
Prémios brutos emitidos	14	33 744		33 744	34 373
Prémios de resseguro cedido	14	-2 359		-2 359	-2 450
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-44		-44	-201
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	1 384		1 384	659
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	-60 330		-60 330	-62 284
Montantes pagos		-58 801		-58 801	-61 653
Montantes brutos		-59 274		-59 274	-62 174
Parte dos resseguradores		473		473	521
Provisão para sinistros (variação)		-1 529		-1 529	-631
Montante bruto		-1 626		-1 626	-513
Parte dos resseguradores		97		97	-118
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4			0	
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro	4	28 654		28 654	30 026
Montante bruto		28 735		28 735	29 854
Parte dos resseguradores		-81		-81	172
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-2 135		-2 135	-1 698
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	-8 483		-8 483	-8 220
Custos de aquisição		-6 285		-6 285	-5 874
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-20		-20	-26
Gastos administrativos		-3 029		-3 029	-3 107
Comissões e participação nos resultados de resseguro		851		851	787
Rendimentos	16	15 449	222	15 671	19 551
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		14 996	222	15 218	17 962
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		453		453	1 589
Gastos Financeiros	16	-1 164	-20	-1 184	-1 674
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		-1 164	-20	-1 184	-1 674
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas	17 e 18	-409	215	-194	-7 440
De ativos disponíveis para venda		2 043	215	2 258	-6 063
De empréstimos e contas a receber					107
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5	-2 712		-2 712	-2 084
De outros		260		260	600
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através Ganhos e Perdas		1 704		1 704	5 492
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	17 e 18				7 511
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	1 704		1 704	-2 019
Diferenças de câmbio	19	66		66	-10
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)			-94	-94	-1 866
De ativos disponíveis para venda	6				-2 128
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		-94	-94	262
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	115		115	-8
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		292	292	-183
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido Antes de Impostos		6 192	615	6 807	4 067
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-989	-989	-59
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		-1 288	-1 288	-995
Resultado Líquido do Exercício		6 192	-1 662	4 530	3 013
Resultado por ação (em euros)	27			0,07	0,05

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR GERAL
Elisa Maria Silva Gaião Mendes Piteira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

04. Demonstração do
Rendimento Integral

04. Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	4 530	3 013
Varição de justo valor dos ativos financeiros e de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	18 288	-3 040
Varição dos impostos correntes e diferidos	-5 364	659
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas	25	-10
Total do Rendimento Integral	17 479	622

05.

Mapa de Variação de Capitais Próprios

05. Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(milhares de euros)

	Outros Instrumentos de Capital		Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
	Capital Social	Prestações suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	De Instrumentos de Cobertura em Coberturas de Fluxos de Caixa		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 1 de Janeiro 2011	65 000	12 500	-23 862	1 128	5 874	1 069	-15	39	5 140	66 873
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-2 440							-2 440
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa				-600						-600
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					659					659
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							-10			-10
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						513		-513		-
Distribuição de lucros								-4 600		-4 600
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								5 140	-5 140	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	-2 440	-600	659	513	-10	27	-5 140	-6 991
Resultado líquido do período								3 013		3 013
Balanço a 31 de Dezembro 2011	65 000	12 500	-26 302	528	6 533	1 582	-25	66	3 013	62 895
Devolução de prestações suplementares		-12 500								-12 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			18 548							18 548
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa				-260						-260
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					-5 364					-5 364
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							25			25
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						302		-302		-
Distribuição de lucros								-2 700		-2 700
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								3 013	-3 013	-
Total das Variações do Capital Próprio	0	-12 500	18 548	-260	-5 364	302	25	11	-3 013	-2 251
Resultado líquido do período								4 530		4 530
Balanço a 31 de Dezembro 2012	65 000	0	-7 754	268	1 169	1 884	0	77	4 530	65 174

06. Demonstração
de Fluxos de Caixa

06. Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	-74 517	72 406
Resultado líquido do exercício	4 530	3 013
Depreciações e amortizações do exercício	2 188	2 372
Variação das provisões técnicas de seguro direto	-26 327	-28 505
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-80	-411
Variação de outras provisões	-175	168
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-1 049	56
Variação de outros ativos e passivos por impostos	7 597	501
Variação de outros ativos e passivos	-60 883	95 409
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-318	-197
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	89 985	-81 786
Variação de investimentos	75 470	-100 966
Juros	15 036	19 390
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-521	-210
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	-15 200	-4 600
Distribuição de dividendos	-2 700	-4 600
Subscrição de capital/ Prestações acessórias	-12 500	-
Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	268	-13 980
Caixa e equivalentes no início do período	5 588	19 568
Caixa e equivalentes no fim do período	5 856	5 588

07. Anexo às Demonstrações Financeiras

07. Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Nota 1 - Informações Gerais

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de julho de 2006 tendo como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo Vida, com início em 1 de agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

Em 1 de agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A..

A Companhia tem sede social na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 507684486 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. A Companhia prossegue o exercício da atividade de seguros Vida sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), mediante a autorização nº 1165.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 - Informação por Segmentos

A T-Vida explora o ramo de seguros Vida, para o qual foi autorizada pelo ISP e, apesar de dispor de uma gama variada de produtos, a sua estratégia assenta essencialmente na oferta de Soluções de Proteção e Reforma para os segmentos de Clientes Particulares e Empresas.

A sua política e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/ benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio. De salientar o bom desempenho apresentado pelos seguros de vida risco, (+2,8%), num contexto de forte retração do mercado de crédito, o que consolida a estratégia da T-Vida em orientar-se para soluções de Proteção/ Previdência.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, do segmento de negócio, é como segue:

(milhares de euros)

2012	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	33 744	20 819	12 925	-
Comissões de contratos de investimento	1 384	-	-	1 384
Prémios brutos adquiridos	33 700	20 775	12 925	-
Resultado dos investimentos	15 646	5 957	8 861	828
Custos com sinistros brutos	60 900	16 092	44 808	-
Variação da provisão matemática	28 735	3 773	24 962	-
Participação nos resultados	-2 135	-1 265	-870	-
Custos de exploração brutos	9 334	4 603	2 364	2 367
Saldo de resseguro	-1 019	-1 019	-	-
Resultado técnico	6 192	7 641	-1 294	-155
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	736 563	129 226	272 013	335 324
Provisões técnicas	296 770	88 971	207 799	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	439 748	-	-	439 748

(milhares de euros)

2011	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	34 373	20 945	13 428	-
Comissões de contratos de investimento	659	-	-	659
Prémios brutos adquiridos	34 172	20 744	13 428	-
Resultado dos investimentos	13 662	5 148	7 556	958
Custos com sinistros brutos	62 687	13 744	48 943	-
Variação da provisão matemática	29 854	1 959	27 895	-
Participação nos resultados	-1 698	-1 034	-664	-
Custos de exploração brutos	9 007	5 207	2 759	1 041
Saldo de resseguro	-1 088	-1 088	-	-
Resultado técnico	3 859	6 770	-3 487	576
Rubricas de Balanço				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	756 336	82 705	303 069	370 562
Provisões técnicas	323 097	89 721	233 376	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	424 691	-	-	424 691

Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da T-Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2012, a T-Vida adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a T-Vida ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 5 de fevereiro de 2013.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadram nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a Clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;

- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras a Companhia não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de justo valor.

Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Ativos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação existentes como locações operacionais, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações, dado que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos não são transferidos para o locatário.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a T-Vida cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro cedido.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de

55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos por contrapartida de reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Conseqüentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas pode-

riam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas e contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão matemática de contratos vida, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (iv) provisão para estabilização de carteira e (v) provisão para prémios não adquiridos.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*.

São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/ responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo do ISP, como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	2% e 2,75%
Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas – até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95	3%
Outros seguros em caso de vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2012.

As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respetivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e

de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto e em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

As metodologias que suportam o cálculo das provisões, não sofreram qualquer alteração relativamente aos métodos e pressupostos do ano anterior.

Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual refletida na conta de ganhos e perdas pode ser analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Tradicionais	1 511	1 467	44	201
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	1 511	1 467	44	201

A provisão para sinistros de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Tradicionais	3 445	2 662	783	126
Capitalização com participação nos resultados	4 333	3 490	843	315
Total	7 778	6 152	1 626	441

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 139 milhares de euros (2011: 35 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, para produtos exclusivamente de risco, é analisado como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2011 (1)	Sinistros* Pagos em 2012 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2012 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida	2 662	1 872	1 113	323

* Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores.

Os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação às responsabilidades efetivas da Companhia.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Tradicional	252	155	97	-118
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	252	155	97	-118

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2012 e 2011:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	2 236	1 890
Variação participação atribuída	2 135	1 698
Pagamentos	-1 397	-991
Incorporação em provisão matemática	-532	-361
Saldo em 31 de Dezembro	2 442	2 236

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efetuado após a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo apresentou a seguinte evolução em 2012 e 2011:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	678	321
Variação participação atribuída	833	784
Recebimentos	-769	-427
Saldo em 31 de Dezembro	742	678

A provisão matemática refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2012 e 2011, é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	313 242	342 735
Variação do ano	-28 735	-29 854
Incorporação de participação nos resultados	532	361
Saldo em 31 de Dezembro	285 039	313 242

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

Produtos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2012	2011	2012	2011
Tradicional	505	586	-81	172
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
Total	505	586	-81	172

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em:

- Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado;
- Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto;
- Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada;
- Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afete os contratos dos seguros de Vida.

Para o efeito, importa salientar que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

A T-Vida pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais.

O programa de resseguro em 2012 é constituído por Tratados proporcionais, em Quota-Parte e Excedente, e um Tratado Não proporcional em Excedente de Perdas para proteção Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida crédito habitação	Quota parte + Excedente
Vida grupo	Excedente
Vida crédito individual	Excedente
Vida catástrofes	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Quota parte
Proteção ao crédito	Quota parte
Saúde	Quota parte
Vida (proteção prémios)	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, foi realizada para os riscos de Mortalidade e de Despesas, com as perdas esperadas pela aplicação de cenários de choque a serem descritas em seguida:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-938	-898
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados	-2 711	-4 946

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela T-Vida, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;

- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, acresce ainda referir que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Em 2012 não existem ativos/ passivos sujeitos a este risco.

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2012	2011
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-1 759	-349

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A exposição a este risco provém apenas de fundos de investimento imobiliário, sendo que no final de 2012 a T-Vida não tinha ativos expostos a este risco.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2012	2011
Imóveis (FII)	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-	-243

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

De seguida apresentam-se os valores das análises de sensibilidade a este risco:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2012	2011
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	7 535	7 104
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	-6 996	-6 813

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Taxa de Juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-999	-1 265
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	928	1 213

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

(milhares de euros)				
Rating	2012		2011	
	%	Valor	%	Valor
AAA	10%	29 623	13%	40 629
AA	4%	12 384	8%	24 836
A	13%	40 026	19%	58 031
BBB	11%	31 914	23%	70 360
BB	56%	168 460	37%	115 675
B	5%	14 642	0%	1 110
CCC	0%	1 112	0%	1 041
Total	100%	298 161	100%	311 682

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)						
Setor de Atividade	2012			2011		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade Bruta
Recursos básicos	1%	6 082	-	0%	-	-
Comunicações	3%	15 687	-	2%	12 721	-
Bens consumíveis (cíclico)	1%	5 303	-	0%	-	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	1%	3 551	-	0%	2 842	-
Energia	0%	999	-	0%	101	-
Financeiro	23%	134 793	-	22%	138 992	-
Fundos	49%	289 837	-	50%	312 775	-570
Dívida pública	19%	109 669	-	21%	134 685	-2 068
Industrial	1%	6 703	-	1%	5 358	-
Medicina	0%	-	-	0%	-	-
Tecnologia	1%	3 192	-	0%	206	-
Serviços públicos/ coletivos	1%	7 777	-	3%	16 489	-
Outros	1%	5 404	-	0%	2 356	-
Total	100%	588 997	-	100%	626 525	-2 638

Os valores englobam as rubricas de Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Derivados de Cobertura, Ativos disponíveis para venda e Investimentos a deter até à maturidade.

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de não existirem ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores, à medida que elas se vençam.

De forma a avaliar e mitigar esse risco e conforme se encontra estipulado na Política de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, a Companhia efetua trimestralmente, para os doze meses seguintes, um plano de tesouraria numa base mensal, sendo o mesmo ajustado em função das necessidades existentes ou dos excedentes de capital verificados.

A análise de maturidade dos ativos financeiros e não financeiros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)

2012	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	26 455	55 904	87 768	188 014	70 536	302 093	730 770
Passivos financeiros	557	1 800	55 675	-	-	439 748	497 780
Líquido	25 898	54 104	32 093	188 014	70 536	-137 655	232 990

(milhares de euros)

2011	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	23 067	212 706	5 275	171 105	68 846	323 904	804 903
Passivos financeiros	2 363	85 512	183	-	-	424 691	512 749
Líquido	20 704	127 194	5 092	171 105	68 846	-100 787	292 154

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

No que diz respeito à cobrança de prémios de seguros, a evolução dos montantes em dívida bem como a sua antiguidade é regularmente monitorizada.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e efetuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na T-Vida face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os Clientes.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na T-Vida para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a T-Vida se encontra sujeita;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os Clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a T-Vida apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadraram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;

- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da T-Vida (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na T-Vida encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a T-Vida dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Solvência

A T-Vida monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, do ISP e o cálculo da respetiva margem estimada apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	24 888	22 143
Margem de Solvência a Constituir	18 240	19 100
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	17 283	18 203
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	504	544
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	453	353
Fundo de Garantia mínimo legal	3 700	3 500
Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência	6 648	3 043
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	136,4%	115,9%

Rácios de Atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2012		2011	
	(%)			
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	180,3%	181,5%		
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	42,8%	255,9% ^{a)}		
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	7,1%	12,4%		
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	3,4%	6,6%		

a) Exclui 71 249 milhares de euros relativos ao resgate da operação de capitalização, realizado em 2011.

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa. Para cada produto novo são efetuadas análises de viabilidade futura.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

Nota 5 – Passivos por Contratos de Investimento e Outros Passivos Financeiros

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

(milhares de euros)					
	Financeiros sem Participação nos Resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	Total
Saldos a 1 de Janeiro de 2011	68 542	8 744	63 700	374 611	515 597
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	9 603	905	2 272	-	12 780
Montantes pagos	-16 209	-1 996	-14 966	-71 249	-104 420
Juros técnicos	2 037	-212	-691	-400	734
Saldos a 31 de Dezembro de 2011	63 973	7 441	50 315	302 962	424 691
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	54 722	189	892	-	55 803
Montantes pagos	-12 663	-1 190	-9 731	-	-23 584
Juros técnicos	2 712	859	3 677	-24 410	-17 162
Saldos a 31 de Dezembro de 2012	108 744	7 299	45 153	278 552	439 748

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	29 869	-5 381	24 488	4 954	-4 402	552
Capitalização	24 628	-300	24 328	2 410	-1 798	612
PPR	5 241	-5 081	160	2 544	-2 604	-60
Valorizados ao Custo Amortizado	-	-2 712	-2 712	-	-2 084	-2 084
Capitalização	-	-1 181	-1 181	-	-555	-555
PPR	-	-1 531	-1 531	-	-1 529	-1 529
Total	29 869	-8 093	21 776	4 954	-6 486	-1 532

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Outros passivos financeiros		
Acordos de recompra - Valores a pagar	55 546	85 811
Outros	557	-
Valor de Balanço	56 103	85 811

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de Outros correspondem a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Ativos financeiros disponíveis para venda	228 468	200 625
Depósitos a prazo	112 631	134 731
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	281 305	315 583
Ativos financeiros detidos até à maturidade	79 224	107 679
Total Participações e Instrumentos Financeiros	701 628	758 618

Ativos Financeiros ao Justo Valor por Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	865	1 334
De outros emissores	7 198	7 963
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	273 242	306 286
Valor de Balanço	281 305	315 583
Valor de aquisição	311 238	323 358

A Companhia possuiu nesta tipologia em 2012 e 2011, instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

(milhares de euros)		
Tipo de Risco	Valor de Balanço	
	2012	2011
Crédito estruturado	1 814	2 837
Derivado de crédito	3 560	3 591
Total	5 374	6 428

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	48 812	45 217
De outros emissores	162 062	149 489
Ações	999	-
Outros títulos de rendimento variável	16 595	5 919
Valor de Balanço	228 468	200 625

Estão incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Ativos disponíveis para venda, no valor de 21 188 milhares de euros (2011: 56 735 milhares de euros).

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	47 414	-129	-2 068	45 217
De outros emissores	170 322	-20 833	-	149 489
Ações	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	6 957	-468	-570	5 919
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	224 693	-21 430	-2 638	200 625
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	48 419	393	-	48 812
De outros emissores	166 391	-4 329	-	162 062
Ações	994	5	-	999
Outros títulos de rendimento variável	16 776	-181	-	16 595
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	232 580	-4 112	-	228 468

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	2 638	510
Dotações do exercício	-	2 128
Anulações do exercício por venda de ativos	-2 638	-
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	2 638

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-2 068
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-60
Total	-	-2 128

Investimentos a Deter até à Maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	59 992	86 066
De outros emissores	19 232	21 613
Valor de Balanço	79 224	107 679
Valor de balanço (sem juro decorrido)	77 792	106 165
Valor de aquisição	77 011	104 021
Valor de mercado	82 533	89 355

Estão incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 37 538 milhares de euros (2011: 47 339 milhares de euros).

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	(milhares de euros)		
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	86 066	-	86 066
De outros emissores	21 613	-	21 613
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	107 679	-	107 679
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	59 992	-	59 992
De outros emissores	19 232	-	19 232
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	79 224	-	79 224

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 93 400 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	(milhares de euros)									
	Na Data de Transferência									
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros ^(a)	Taxa Efetiva ^(b)	Valor de Mercado (final do exercício)		Reserva de Justo Valor Amortizada Acumulada (final do exercício)	
			Positiva	Negativa			2011	2012	2011	2012
De ativos financeiros disponíveis para venda	98 387	93 400	-	-6 096	119 639	0,1	77 391	72 801	-1 224	-2 455

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

	(milhares de euros)		(milhares de euros)		
	2012	2011	2012	2011	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda					
Impacto no capital próprio					
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	2 773	-18 260			
- Reserva por impostos diferidos	-804	5 295			
Total	1 969	-12 965			
			Ganhos e perdas	260	600
			Reserva de reavaliação	-260	-600
			Total Reconhecido em Capital Próprio	-	-
			Valor Nominal	-	-

Os valores registados em Ganhos e Perdas foram contabilizados na rubrica de Rendimentos de Investimentos e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados.

Os valores registados na Reserva de Reavaliação, contabilizados na rubrica "Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa", totalizavam a 31 de dezembro de 2012 o valor de 268 milhares de euros e encontram-se a ser desconhecidos prospectivamente, de acordo com os requisitos do IAS 39.

Derivados de Cobertura

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia detinha instrumentos financeiros de cobertura, que visavam a cobertura de fluxos de caixa. Para o efeito, celebrou contratos designados de *Swaps* de taxa de juro, i.e., contratos em que uma série de fluxos financeiros, numa dada moeda, determinados pela taxa de juro, são trocados durante um período predefinido.

No caso concreto, os contratos celebrados tiveram como propósito a troca de juro de taxa variável por juro de taxa fixa, com o objetivo de proteção face alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro, incutidas na formação da taxa de juro das obrigações de taxa variável, detidas pela Companhia.

Durante o exercício de 2010, a Companhia procedeu ao término dos referidos contratos de cobertura, mantendo em alguns casos, os ativos de taxa variável sobre os quais os riscos de fluxos de caixa estavam cobertos.

As quantias reconhecidas em 2012 e 2011 em Capital Próprio, com origem direta nos derivados de cobertura estabelecidos, foram os seguintes:

Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos conforme segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Empréstimos concedidos	34	34
Acordos de revenda - Valores a receber	19 759	38 217
Total de Outros Ativos Financeiros	19 793	38 251

O montante de empréstimos concedidos refere-se a empréstimos sobre apólices.

Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registrados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registrados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 856	5 856	5 588	5 588
Empréstimos e contas a receber	132 424	132 424	172 982	172 982
Investimentos a deter até à maturidade	82 533	79 224	89 355	107 679
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 493	3 493	2 446	2 446
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	224 306	220 997	270 371	288 695
Passivos financeiros de contratos de investimento	96 973	108 744	52 381	63 973
Outros passivos financeiros	56 103	56 103	85 811	85 811
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1 929	1 929	2 247	2 247
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	155 005	166 776	140 439	152 031

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa mínima garantida.

Todos os outros ativos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

Metodologias de Valorização

O valor dos ativos e passivos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2012			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e unidades de participação	289 837	-	-	289 837
Ações e outros títulos de rendimento variável	999	-	-	999
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	196 492	22 445	-	218 937
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	487 328	22 445	-	509 773
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	331 004	-	331 004
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	331 004	-	331 004

(milhares de euros)

	2011			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos e unidades de participação	312 205	-	-	312 205
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	148 934	55 069	-	204 003
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	461 139	55 069	-	516 208
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	360 718	-	360 718
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	360 718	-	360 718

Os níveis representam a seguinte descrição:

- Nível 1** - Ativos ou Passivos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2** - Ativos ou Passivos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3** - Ativos ou Passivos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2012					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 833	28 833	389	3,1%	2	1
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	865	865	-	1,9%	1	1
Investimentos a deter até à maturidade	52 962	54 382	-	4,2%	4	1
	82 660	84 079	389			
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Irlanda						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	936	1 083	-	4,6%	3	1
	936	1 083	-			
Total	83 596	85 162	389			

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2011					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 308	5 308	-153	4,9%	1	1
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 334	1 334	-	1,1%	1	1
Investimentos a deter até à maturidade	79 062	63 574	-	2,8%	3	-
	85 704	70 216	-153			
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 041	1 041	-	5,1%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
	1 041	1 041	-			
Irlanda						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	911	925	-	4,6%	4	1
	911	925	-			
Total	87 656	72 182	-153			

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2012	2011
Caixa	1	1
Depósitos em Instituições de Crédito	5 855	5 587
Total	5 856	5 588

Nota 11 - Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

(milhares de euros)					
2012					
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	634	5	332	4 885	5 856
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	3 550	-	277 755	-	281 305
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	221 561	45	3 519	3 343	228 468
Empréstimos concedidos e contas a receber	116 866	-	8 943	6 615	132 424
Investimentos a deter até à maturidade	76 469	-	1 542	1 213	79 224
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	138 636	138 636
Total	419 080	50	292 091	154 692	865 913

(milhares de euros)					
2011					
	Seguros de Vida com Participação nos Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida e Operações Classificados como Contratos de Investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	4 195	4	535	854	5 588
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 837	-	312 746	-	315 583
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	188 445	32	4 499	7 649	200 625
Empréstimos concedidos e contas a receber	170 461	-	-	2 521	172 982
Investimentos a deter até à maturidade	104 482	-	1 648	1 549	107 679
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	50 819	49 702	100 521
Total	470 420	36	370 247	62 275	902 978

Nota 12 - Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de ativos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 3 anos para o software e os outros ativos intangíveis, e sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Value in force* corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este ativo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

O saldo das rubricas dos Outros intangíveis é analisado como segue

(milhares de euros)			
	2012	2011	
Outros intangíveis	50 979	50 973	
<i>Value in force</i>	50 000	50 000	
Software	542	436	
Outros	437	537	
Amortizações acumuladas	-14 743	-13 070	
Imparidades	-	-	
Total	36 236	37 903	

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)				
	Value in Force	Software	Outros	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2011	39 678	138	249	37 996
Adições	-	-	210	210
Amortizações do exercício	-2 234	-138	-	-2 372
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	37 444	-	459	37 903
Adições	-	232	289	521
Amortizações do exercício	-2 078	-110	-	-2 188
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	308	-308	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	35 366	430	440	36 236

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)			
	2012	2011	
Total de Amortizações do Exercício	2 188	2 372	
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro			
Montantes pagos - Montantes brutos	110	119	
Custos e Gastos de Exploração Líquidos			
Custos de aquisição	328	356	
Gastos administrativos	1 750	1 897	
Gastos Financeiros			
Outros	-	-	

Nota 13 – Outros Ativos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Ativo Bruto	1 880	2 099
Tomadores de seguro (recibos por cobrar)	1 335	1 155
Mediadores de seguro	328	759
Co-seguradoras	217	185
Ajustamentos	-145	-51
Recibos por cobrar	-145	-51
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	1 735	2 048

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Ativo Bruto	66	238
Resseguradores	66	238
Ressegurados	-	-
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	66	238

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Ativo Bruto	1 692	160
Entidades relacionadas	-	56
Pessoal	8	24
Outros valores a receber	1 684	80
Ajustamentos	-	-
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
Ativo Líquido	1 692	160

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	51	313
Dotações do exercício	94	-
Utilizações do exercício	-	-262
Saldo em 31 de Dezembro	145	51

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Acréscimos de Rendimentos	1 872	656
Rendimentos financeiros de resseguro cedido	1 872	656
Gastos Diferidos	193	422
Custos de aquisição	193	422
Total	2 065	1 078

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo diz respeito a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A e é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	50 819	62 245
Depósitos recebidos	50 004	2 723
Benefícios pagos	-11 579	-13 405
Juro técnico do exercício	4 485	-744
Saldo em 31 de Dezembro	93 730	50 819

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	257	164
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	-	-
- Contas correntes	935	1 148
Co-seguradoras	129	169
Total	1 321	1 481

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Resseguradores	287	538
Ressegurados	-	-
Total	287	538

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Entidades relacionadas	117	3
Outros fornecedores de bens e serviços	33	-
Pessoal	-	14
Outros valores a pagar	171	211
Total	321	228

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Rendimentos Diferidos	-	-
Acréscimo de Custos	3 647	3 785
- Custos com pessoal (subsídios e encargos)	177	253
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	873	972
- Fornecimentos e serviços externos	255	830
- Serviços prestados empresas relacionadas	389	-
- Comissões canal bancário	1 953	1 730
Total	3 647	3 785

O saldo do Passivo de Outras provisões, em 2012 e 2011, diz respeito a provisões para impostos.

Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios de contratos de seguro são analisados como segue:

Ramos/ Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Vida						
Tradicionais	20 819	20 945	44	201	20 775	20 744
Capitalização com participação nos resultados	12 925	13 428	-	-	12 925	13 428
Total	33 744	34 373	44	201	33 700	34 172

A indicação de alguns valores do ramo vida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	33 744	34 373
Relativos a contratos individuais	24 984	24 136
Relativos a contratos de grupo	8 760	10 237
	33 744	34 373
Periódicos	24 903	24 075
Não periódicos	8 841	10 298
	33 744	34 373
De contratos sem participação nos resultados	13 340	18 353
De contratos com participação nos resultados	20 404	16 020
	33 744	34 373
Saldo de Resseguro	-1 019	-1 088

Nota 15 – Comissões Recebidas de Contratos de Seguro

Nos contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

São classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição e de gestão dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 16 – Rendimentos/ Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Juros	15 671	19 551
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 927	6 296
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	463	1 589
Ativos financeiros detidos até à maturidade	4 992	3 701
Depósitos, empréstimos e outros ativos	5 289	7 965
Dividendos	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Derivados	-	-
Total	15 671	19 551

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4 285	3 075
De outros emissores	6 087	9 993
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Derivados	-	-
Depósitos	5 299	6 483
Total	15 671	19 551

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Custos imputados à função investimentos	-377	-404
Juros de acordos de recompra	-807	-1 270
Total	-1 184	-1 674

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)						
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados	5 915	-3 657	2 258	1 180	-7 136	-5 956
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 915	-3 657	2 258	1 073	-7 136	-6 063
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	107	-	107
Financeiros - Ao Justo Valor por Resultados	803	-1 077	-274	8 186	-149	8 037
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	543	-1 077	-534	75	-149	-74
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	7 511	-	7 511
Derivados de cobertura	260	-	260	600	-	600
Total	6 718	-4 734	1 984	9 366	-7 285	2 081

Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 604	-23 854	-22 250	-	-2 497	-2 497
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Total	1 604	-23 854	-22 250	-	-2 497	-2 497

Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)						
	2012			2011		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	334	-247	87	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	161	-182	-21	7	-17	-10
Total	494	-429	66	7	-17	-10

Nota 20 - Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Outros Rendimentos Técnicos	128	13
Comissões de gestão de co-seguro	1	13
Renúncias <i>unit linked</i>	127	-
Outros Gastos Técnicos	13	21
Comissões de gestão de co-seguro	4	8
Outros	9	13
Valor do Ganhos e Perdas	115	-8

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Outros Rendimentos Não Técnicos	597	99
Correções e acertos	-	19
Outros ganhos	597	80
Outros Gastos Não Técnicos	305	282
Penalidades	1	-
Ofertas a clientes	1	2
Insuficiência de estimativa de imposto	61	-
Serviços bancários e juros de mora	33	43
Outros gastos	209	237
Valor do Ganhos e Perdas	292	-183

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

(milhares de euros) (%)										
2012	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	156	9%	830	48%	691	40%	52	3%	1 729	100%
Fornecimentos e serviços externos	94	4%	1 602	72%	512	23%	31	1%	2 239	100%
Impostos	-	0%	26	62%	-	0%	16	38%	42	100%
Amortizações	110	5%	328	15%	1 750	80%	-	0%	2 188	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	278	100%	278	100%
Total	360	6%	2 786	43%	2 953	46%	377	6%	6 476	100%

(milhares de euros) (%)										
2011	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	116	9%	621	48%	518	40%	39	3%	1 294	100%
Fornecimentos e serviços externos	120	4%	2 141	73%	617	21%	40	1%	2 918	100%
Impostos	-	0%	14	61%	-	0%	9	39%	23	100%
Amortizações	119	5%	356	15%	1 897	80%	-	0%	2 372	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	316	100%	316	100%
Total	355	5%	3 132	45%	3 032	44%	404	6%	6 923	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Combustíveis	41	32
Material de escritório, impressos e outros	1	1
Artigos para oferta	6	19
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	-	11
Manutenção de equipamento informático	36	57
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	66	35
Despesas de deslocação e representação	71	42
Correios	89	92
Seguros	2	8
Publicidade e marketing	434	547
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	126	161
Serviços e desenvolvimentos informáticos	229	341
Quotizações APS	11	27
Cobrança de prémios	94	86
Exames médicos	66	75
Comissões	431	763
Clube mediador	141	98
Prestação de serviços operacionais	228	295
Outros serviços e fornecimentos diversos	167	228
Total	2 239	2 918

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Taxa para o ISP	42	23
Total	42	23

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Intangível - Value in force	2 078	2 234
Equipamentos e aplicações informáticas	110	138
Total	2 188	2 372

O montante dos Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2012	2011
Comissões de guarda, gestão títulos e outras comissões	278	316
Total	278	316

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-1 089	-1 007
Custos imputados	-2 786	-3 132
Outros custos de aquisição	-2 410	-1 735
Custos de aquisição diferidos (variação)	-20	-26
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-76	-75
Custos imputados	-2 953	-3 032
Comissões e participação nos resultados de resseguro	851	787
Total	-8 483	-8 220

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2012	2011
Diretores	1	1
Gestores	2	2
Coordenadores	1	1
Técnicos	15	13
Total	19	17

O montante das Despesas com pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Remunerações - Órgãos sociais	349	215
Remunerações - Pessoal	957	834
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	15	15
Encargos sobre remunerações - Pessoal	207	170
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	-64	7
Seguros obrigatórios	17	16
Gastos de ação social	23	33
Outros custos com pessoal	225	4
Total	1 729	1 294

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos "Colaboradores com funções-chave" são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2012 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas perfizeram o montante de 18 milhares de euros.

Nota 23- Obrigações com Benefícios dos Empregados

Pensões de reforma

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até admitidos até 22 de junho de 1995.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não tem qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na T-Vida é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2012.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2012 e 2011, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2012	2011
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0% - 2,5% (*)	3,25% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0% - 2,5% (*)	0,75% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	3,26% - 4,25% (*)	5,40% - 4,94% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1,00%	2,25%
Taxa de desconto	3,26% - 4,25% (*)	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2012	2011
Ativos	4	4
Reformados	-	-
Total	4	4

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas Reconhecidas em Balanço		
Responsabilidades em 31 de dezembro	-	-181
Saldo do fundo em 31 de dezembro	84	176
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	84	-5

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Responsabilidades em 1 de Janeiro	181	165
Alteração ao plano	-181	-
Custo do serviço corrente	-	7
Custo dos juros	-	9
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-	181

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	176	177
Alteração ao plano	-117	-
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	-	9
Ganhos e perdas atuariais	25	-10
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	84	176

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	25	15
(Ganhos) e perdas atuariais		
- nas responsabilidades	-	-
- nos ativos do plano	-25	10
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	-	25

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2012 e 2011, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	5	-12
Alteração ao plano	-64	-
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-	-
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-25	10
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	-	7
- Custo dos juros	-	9
- Rendimento esperado do fundo	-	-9
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	-84	5

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Custo do serviço corrente	-	7
Custo dos juros	-	9
Rendimento esperado do fundo	-	-9
Alteração ao plano	-64	-
Custos do Exercício	-64	7

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Terrenos e edifícios	7 934	7 935
Ações e outros títulos de rendimento variável	12 315	12 645
Títulos de rendimento fixo	36 235	34 253
Depósitos em instituições de crédito	2 001	1 449
Devedores e credores do fundo	584	-226
Juros a receber	1 033	595
Valor a transferir do corte do plano	-5 658	-
Total	54 444	56 651

Os valores de ativos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a associada T-Vida representa cerca de 0,15% (2011: 0,31%) do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

	(milhares de euros)				
	2012	2011	2010	2009	2008
Responsabilidades	-	-181	-165	-155	-110
Saldo dos fundos	84	176	177	175	123
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	84	-5	12	20	13

Nota 24 - Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2012 e 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29,00%, que corresponde à taxa nominal aprovadas à data do balanço. A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela DGI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2008, 2010 e 2011 tendo havido lugar a apuramento de imposto diferido ativo sobre estes valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

Exercício	(milhares de euros)			
	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2008	31 447	-31 447	-	2 014
2010	5 317	-584	4 733	2 014
2011	768	-	768	2 015
Total	37 532	-32 031	5 501	

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2012 e 2011 explica-se como segue:

	(milhares de euros)			
	2012		2011	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	-	2 150	210	-
Retenção de imposto na fonte	-	223	1	146
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	124	-	105
Contribuições para a segurança social	44	44	18	20
Total	44	2 541	229	271

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

Rubricas	(milhares de euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Investimentos	110	1 195	-	-	110	1 195
Prejuízos fiscais	1 375	5 432	-	-	1 375	5 432
Total	1 485	6 627	-	-	1 485	6 627

Os valores de 2011 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para os IFRS, processo que teve o seu término no final de 2012.

Os impostos correntes e diferidos no exercício de 2012 foram reconhecidos como segue:

2012	(milhares de euros)		
	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-1 509	-989	-2 498
Estimativa de IRC	-1 509	-969	-2 478
Imposto autónomo	-	-20	-20
Imposto Diferido	-3 855	-1 288	-5 143
Investimentos	-1 064	-22	-1 086
Prejuízos fiscais	-2 791	-1 266	-4 057
Total	-5 364	-2 277	-7 641

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Resultado antes de impostos	6 807	4 067
Taxa de imposto	29,00%	29,00%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	-1 974	-1 179
Benefícios fiscais	4	-
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-490	21
Imposto diferido	203	174
Imposto autónomo	-20	-70
Imposto Corrente + Diferido	-2 277	-1 054

Nota 25 - Capital

O capital da T-Vida, de 65 milhões de euros representado por 65 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 20 milhões de euros em 2006 e 45 milhões de euros em 2008.

Os valores registados em Outros instrumentos de capital de 12,5 milhões de euros, em 2011, dizem respeito a prestações acessórias do acionista único, que foram restituídas em 2012.

Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Reserva desvios atuariais

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 - Benefícios a empregados, a T-Vida reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Reservas de justo valor de ativos financeiros e instrumentos de cobertura	-7 486	-25 774
Reserva por impostos diferidos e correntes	1 169	6 533
Outras reservas	1 884	1 557
- Reserva legal	1 884	1 582
- Reserva desvios atuariais	-	-25
Reservas	-4 433	-17 684

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Títulos de rendimento variável	-177	-468
Títulos de rendimento fixo	-7 577	-25 834
Derivados de cobertura	268	528
Reservas de Justo Valor	-7 486	-25 774

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	232 580	224 693
Imparidade	-	-2 638
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	232 580	222 055
Justo valor dos derivados de cobertura	-	-
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	228 468	200 625
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	-4 112	-21 430
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	268	528
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	-3 642	-4 872
Impostos diferidos e correntes	1 169	6 533
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	-6 317	-19 241

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2012	2011
Saldo a 01 de Janeiro	-19 241	-16 860
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	18 288	-912
Imparidade reconhecida no ano	-	-2 128
Variação impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	-5 364	659
Saldo a 31 de Dezembro	-6 317	-19 241

Nota 27 – Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	4 530	3 013
Número de ações (final do exercício)	65 000 000	65 000 000
Resultados por Ação (em Euros)	0,07	0,05

Nota 28 – Dividendos por Ação

A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., ao qual, durante o exercício de 2012 e 2011, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2012	2011
Dividendos (em milhares de euros)	2 700	4 600
Número de ações (início do exercício)	65 000 000	65 000 000
Dividendos por Ação (em Euros)	0,04	0,07

Nota 29 - Transações entre Partes Relacionadas

O capital da T-Vida é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a T-Vida e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, comercialização de seguros, resseguro e prestação de serviços administrativos e técnicos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o montante global dos ativos e passivos da T-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2012				2011			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
BAC	63	2	-	-	-	3	-	162
BANCO ESPÍRITO SANTO	84 343	57 339	2 622	3 143	118 887	87 464	3 129	12 835
BES FINANCE	-	-	-	456	-	-	-	63
BES VIDA	96 953	228	228	1 311	51 475	-	295	538
BESI	389	-	-	198	5 638	-	-	155
BESLEASING	-	-	-	-	-	-	-	-
BEST	160	36	-	-	50	4	-	-
E.S. CONTACT CENTER	-	-	-	-	-	-	77	-
E.S. FINANCIER	6 848	-	-	-	6 279	-	-	392
E.S. FINANTIAL PORTUGAL	3 102	-	-	240	-	-	-	101
ESCC	-	17	25	-	-	-	-	-
ESAF	-	154	153	-	-	182	182	-
ESFG	-	-	-	-	3 101	-	-	194
ESUMÉDICA	9	6	66	-	3	47	75	-
LOGO	-	2	-	-	-	3	-	-
TRANQUILIDADE	127	117	-	-	63	-	-	-
Total	191 994	57 901	3 094	5 348	185 496	87 703	3 757	14 440

Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 - Compromissos

A Companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte. A maturidade das prestações vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	8	24	32

Nota 37 - Outras Informações

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2012

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: divulgações - transferências de ativos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros", com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas

alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – apresentação de demonstrações financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e

- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou *performance* da Companhia.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto.

Adicionalmente, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido. Esta situação não terá impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos financeiros: divulgações - compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Companhia espera que a adoção das alterações à IFRS passem a exigir maior extensão as divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos financeiros: apresentação - compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corren-

te para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas. As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades. Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Esta alteração não terá qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado. O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “*silos*”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolida-

das transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e contabilize-os em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não espera qualquer nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, *performance* e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao justo valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/ IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/ IFRS.

A Companhia está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá impacto, se algum.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/ passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua *performance* no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

- IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras
Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.
- IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis
A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.
- IAS 32 – Instrumentos Financeiros e IFRIC 2
Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.
- IAS 34 – Reporte Financeiro Intercalar
As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não terá impactos decorrentes da adoção destas alterações.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais

investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais. A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BES EURO RENDA 16/04/2013		1 660 000,00	101,64%	101,0%	1 675 770,00	104,6%	1 735 829,72
BES EURO RENDA 20/05/2013 - 1ºS		1 753 000,00	101,52%	90,1%	1 579 144,44	104,0%	1 823 794,91
BES PL 5,875% 11/15		16 700 000,00	102,48%	100,3%	16 746 050,00	103,3%	17 256 958,72
BES PL 5,875% 11/15 FVO		200 000,00	102,82%	102,6%	205 200,00	103,7%	207 342,16
BESPL 3,875% 01/21/2015		500 000,00	97,63%	99,8%	498 936,02	101,3%	506 413,32
BESPL 5,625% 06/14 FVO		100 000,00	100,76%	99,5%	99 500,00	104,0%	103 978,89
BESPL 5,625% 06/14 HTM		6 500 000,00	94,35%	89,3%	5 803 373,69	97,6%	6 344 790,94
Subtotal	0	27 413 000,00			26 607 974,15		27 979 108,66
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
ES FINANCIAL 8% 07/26/13 HTM		3 000 000,00	99,93%	100,0%	3 000 000,00	103,4%	3 101 819,67
ESPIRITO SANTO FINANCIER 7% 05/31/13		6 500 000,00	101,25%	99,8%	6 483 750,00	105,4%	6 848 017,12
Subtotal	0	9 500 000,00			9 483 750,00		9 949 836,79
Total	0	36 913 000,00			36 091 724,15		37 928 945,45
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
GALP ENERGIA	85 000			11,70	994 289,68	11,75	998 750,00
Subtotal	85 000	0,00			994 289,68		998 750,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
BANCO BIC TESOURARIA	272 188			5,51	1 500 000,00	5,60	1 525 231,82
ES TRADING FUND	10 000			104,80	1 048 000,00	104,28	1 042 800,00
Subtotal	282 188	0,00			2 548 000,00		2 568 031,82
Subtotal	367 188	0,00			3 542 289,68		3 566 781,82
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 02/22/13 FVO		350 000,00	99,83%	97,3%	340 511,09	99,8%	349 405,00
BT 0% 03/21/14		2 500 000,00	96,83%	96,2%	2 404 712,48	96,8%	2 420 750,00
BT 0% 03/21/14 FVO		250 000,00	96,83%	95,9%	239 874,26	96,8%	242 075,00
BT 0% 03/21/14 REPO		2 750 000,00	96,83%	96,2%	2 645 183,73	96,8%	2 662 825,00
PT OT 3,35% 10/15/15		4 250 000,00	98,26%	96,1%	4 082 250,00	99,0%	4 206 085,27
PT OT 3,35% 10/15/15 HTM		9 450 000,00	94,01%	92,3%	8 723 974,85	94,7%	8 950 989,89
PT OT 3,35% 10/15/15 HTM REPO		6 750 000,00	94,02%	93,9%	6 335 407,75	94,7%	6 393 721,12
PT OT 3,35% 10/15/15 REPO		2 500 000,00	98,26%	97,0%	2 424 228,09	99,0%	2 474 167,80
PT OT 3,6% 10/15/14		2 045 000,00	100,28%	98,2%	2 007 594,00	101,0%	2 066 154,54
PT OT 3,6% 10/15/14 HTM		2 000 000,00	96,95%	96,0%	1 920 749,58	97,7%	1 954 256,87
PT OT 3,6% 10/15/14 HTM REPO		3 000 000,00	96,95%	96,8%	2 904 822,65	97,7%	2 931 424,55
PT OT 4,2% 10/15/16		7 825 000,00	98,22%	95,2%	7 445 487,50	99,1%	7 754 655,40
PT OT 4,2% 10/15/16 HTM REPO		7 000 000,00	94,08%	94,0%	6 577 819,01	95,0%	6 647 367,91
PT OT 4,35% 10/16/17		500 000,00	96,45%	101,2%	506 136,06	97,4%	486 778,77
PT OT 4,35% 10/16/17 HTM REPO		5 140 000,00	92,58%	92,5%	4 753 277,92	93,5%	4 805 072,79
PT OT 4,45% 06/15/18 HTM		2 000 000,00	91,39%	91,3%	1 825 679,10	93,9%	1 877 039,72
PT OT 4,45% 06/15/18 HTM REPO		2 000 000,00	91,39%	91,3%	1 825 712,30	93,9%	1 877 072,55
PT OT 4,75% 06/14/19 HTM		500 000,00	90,92%	90,8%	454 131,29	93,6%	467 793,11
PT OT 4,75% 06/14/19 HTM REPO		750 000,00	90,92%	90,8%	681 209,17	93,6%	701 697,76
PT OT 4,8% 06/15/20 HTM		500 000,00	89,67%	89,6%	447 902,98	92,3%	461 610,10
PT OT 4,8% 06/15/20 HTM REPO		7 000 000,00	89,67%	89,6%	6 270 828,36	92,3%	6 462 726,49
PT OT 5,45% 09/13 HTM		4 500 000,00	100,47%	100,6%	4 527 046,85	101,9%	4 587 659,56
PT OT 6,4% 02/15/16 FVO		250 000,00	103,79%	83,7%	209 250,00	109,4%	273 451,57
PT OT 6,4% 02/15/16 HTM REPO		2 500 000,00	99,83%	99,8%	2 495 322,81	105,4%	2 635 611,62
Subtotal	0	76 310 000,00			72 049 111,83		73 690 392,39
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3,5% 07/13		5 000 000,00	98,75%	98,8%	4 942 000,00	100,4%	5 021 883,56
PARPUBLICA 3,5% 07/13 HTM		2 200 000,00	98,67%	94,9%	2 088 248,47	100,4%	2 207 849,30
Subtotal	0	7 200 000,00			7 030 248,47		7 229 732,86

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
Designação						Unitário	Total
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3,25% 01/15 HTM		2 000 000,00	93,10%	92,8%	1 856 700,51	96,2%	1 924 366,71
BANCO BPI 3,25% 01/15 REPO		100 000,00	98,27%	98,6%	98 568,16	101,4%	101 385,80
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	55,56%	100,0%	2 000 000,00	55,6%	1 111 916,50
BCP 04/14 5,625% HTM		1 500 000,00	93,74%	89,7%	1 346 196,61	97,7%	1 465 089,23
BCP 3,75% 10/16 HTM		2 000 000,00	87,00%	83,9%	1 678 404,64	87,9%	1 757 574,16
BCP 9,25% 10/14		1 600 000,00	106,50%	106,5%	1 704 000,00	108,5%	1 736 032,88
BRISA 4,5% 12/16		4 000 000,00	100,37%	100,8%	4 033 473,71	100,7%	4 027 741,92
BRISA 6,875% 04/18		2 500 000,00	105,31%	99,5%	2 487 525,00	107,0%	2 675 205,13
CXGD 4,25% 01/20 REPO		500 000,00	91,93%	99,8%	498 855,66	95,9%	479 307,38
CXGD 4,25% 01/27/2020		2 000 000,00	91,93%	99,7%	1 993 476,03	95,9%	1 917 229,51
CXGD 4,375% 05/13		3 000 000,00	99,75%	99,8%	2 992 900,00	102,5%	3 075 924,66
CXGD 5,125% 02/14		8 500 000,00	100,88%	102,6%	8 718 248,07	105,3%	8 950 488,39
CXGD 5,625% 12/15		3 000 000,00	102,78%	99,7%	2 989 920,00	103,2%	3 095 732,88
EDP FINANCE 3,25% 03/15		2 000 000,00	100,03%	99,7%	1 994 259,28	102,6%	2 052 143,84
EDP FINANCE 4,625% 06/16		2 000 000,00	102,61%	102,9%	2 057 487,92	105,2%	2 103 198,36
EDP FINANCE 5,75% 09/17		1 000 000,00	107,10%	99,5%	994 720,00	108,7%	1 086 910,96
EDP FINANCE 5,75% 09/17 FVO		500 000,00	107,10%	99,7%	498 250,00	108,7%	543 455,48
EDP FINANCE 5,875% 02/16		1 500 000,00	105,85%	99,6%	1 494 643,64	111,2%	1 668 200,08
EDP FINANCE 5,875% 02/16 FVO		100 000,00	105,85%	98,9%	98 900,00	111,2%	111 213,34
PORTUGAL TELECOM 5,625% 02/16 FVO		100 000,00	105,33%	97,2%	97 200,00	110,4%	110 354,61
PORTUGAL TELECOM 5,875% 04/18		9 500 000,00	103,26%	99,5%	9 449 577,02	104,5%	9 923 908,23
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5% 11/04/19 HTM		5 000 000,00	91,97%	91,3%	4 566 935,08	92,8%	4 638 145,59
Dep Prazo EUR BES					30 959 822,00		30 976 804,82
Dep Prazo EUR MG					24 777 480,31		24 953 295,68
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					18 250 000,00		18 251 901,04
Dep Prazo EUR BCP					10 783 519,91		10 783 519,91
Dep Prazo EUR Barclays					5 000 000,00		5 122 787,50
Dep Prazo EUR BBVA					22 500 000,00		22 542 008,70
Subtotal	0	54 400 000,00			165 921 063,55		167 185 843,29
Subtotal	0	137 910 000,00			245 000 423,85		248 105 968,54
Total	367 188	137 910 000,00			248 542 713,53		251 672 750,36
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DBX S&P 500 EUR HEDGED ETF	137 000			21,86	2 994 236,62	21,33	2 922 347,00
ES RENDIMENTO PLUS	999 999			7,48	7 477 992,53	7,46	7 459 892,53
EUROFIN SICAV SIF	2 735			1 000,02	2 735 333,92	961,62	2 630 299,96
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	77 754			10,50	816 156,67	11,31	879 392,09
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	63 604			10,47	665 652,76	10,33	657 024,57
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	68 323			9,28	633 799,56	9,89	675 784,67
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	35 435			10,00	354 336,89	9,83	348 217,29
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	10 351			20,50	212 148,46	20,45	211 667,73
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	12 849			19,19	246 624,79	20,44	262 634,79
FUNDO ESP INV IMOB FECHADO	300 000			1 000,00	300 000 000,00	900,69	270 207 270,00
UBAM NEUBERGER BERMAN US EQUITY	1 872			545,50	1 021 001,97	542,24	1 014 900,31
Subtotal	1 709 921	0,00			317 157 284,17		287 269 430,94
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BUNDES 1,75% 06/14/13		11 000 000,00	100,71%	100,9%	11 094 930,00	101,7%	11 183 029,45
BUNDES OBL 2,25% 04/10/2015 HTM		500 000,00	100,77%	100,8%	503 968,32	102,4%	512 003,03
BUNDES OBL 2,25% 04/10/2015 HTM REPO		500 000,00	100,77%	100,8%	503 968,32	102,4%	512 003,03
IRISH GOVT 4,6% 04/16 HTM		1 000 000,00	90,36%	90,1%	901 440,21	93,6%	935 968,13
LUXEMBOURG GOVT 3,75% 12/04/13		1 500 000,00	103,22%	105,6%	1 584 000,00	103,5%	1 552 490,96
NETHERLANDS GOVT 1,75% 01/13		2 000 000,00	100,04%	100,9%	2 018 879,25	101,7%	2 034 425,58
NETHERLANDS GOVT 2,5% 01/17 HTM REPO		1 250 000,00	99,39%	99,4%	1 242 254,38	101,8%	1 272 402,45
NETHERLANDS GOVT 3,25% 07/15 HTM REPO		1 250 000,00	102,53%	102,6%	1 282 571,96	104,0%	1 300 378,91
NETHERLANDS GOVT 4,25% 07/13		5 000 000,00	102,21%	106,2%	5 308 000,00	104,2%	5 208 640,41
Subtotal	0	24 000 000,00			24 440 012,44		24 511 341,95
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
EFSF 2,75% 12/16 HTM		500 000,00	99,73%	99,7%	498 609,79	99,9%	499 605,28
EFSF 2,75% 12/16 HTM REPO		2 000 000,00	99,73%	99,7%	1 994 439,14	99,9%	1 998 421,06
PARPÚBLICA 4,191% 10/14		1 750 000,00	98,53%	96,9%	1 696 525,00	99,4%	1 739 659,75
Subtotal	0	4 250 000,00			4 189 573,93		4 237 686,09

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.2.3 - De outros emissores							
AIR FRANCE - KLM 6,25% 01/18		1 900 000,00	104,38%	99,5%	1 889 569,00	104,7%	1 988 655,82
AMADEUS CAP MARKT 4,875% 07/16 FVO		200 000,00	109,07%	99,5%	198 986,00	111,3%	222 650,38
BANCA POP VERONA 6,375% 31/05/2021		3 878 000,00	97,42%	99,3%	3 849 264,02	101,2%	3 923 049,61
BANCO SANTANDER 3,625% 04/17		4 000 000,00	102,09%	100,1%	4 003 104,26	104,8%	4 190 623,01
BANK OF IRELAND 4% 01/28/15		1 500 000,00	99,70%	99,9%	1 497 810,34	103,4%	1 550 834,84
BASF 1,5% 10/18		3 000 000,00	101,97%	102,0%	3 059 970,00	102,3%	3 070 199,18
BBVA 3,5% 12/17		2 000 000,00	100,19%	100,0%	2 000 000,00	100,4%	2 008 746,30
BBVA CAPITAL UNIPERS 13/10/2020		5 000 000,00	92,39%	99,9%	4 995 137,32	92,5%	4 625 175,76
BBVA SENIOR FINANCE 3% 08/22/13		300 000,00	100,44%	99,9%	299 583,00	101,5%	304 547,14
CAJA AHORROS BARCELONA 3,5% 03/16		500 000,00	99,84%	99,7%	498 565,00	102,5%	512 399,93
CARREFOUR 1,875% 12/17		1 000 000,00	100,09%	99,6%	996 130,00	100,2%	1 001 516,44
DAIMLER 1,75% 01/20		3 000 000,00	99,83%	99,4%	2 982 630,00	100,0%	3 000 653,43
DOURM 1 A		553 732,49	72,14%	98,6%	545 837,85	72,2%	399 524,92
ENAGAS FIN 4,25% 10/17 FVO		200 000,00	104,81%	99,8%	199 602,00	105,8%	211 652,03
FINANCE FOR DANISH IND 2,125% 03/13		1 000 000,00	100,28%	100,4%	1 003 721,51	101,9%	1 019 352,47
GE CAPITAL EUR FUND FLOAT 05/17/21 REPO		7 500 000,00	92,18%	99,3%	7 445 684,53	92,2%	6 917 013,33
GOLDMAN SACHS 30/01/2017		2 000 000,00	94,85%	99,8%	1 995 240,53	94,9%	1 898 811,00
GOLDMAN SACHS FLOAT 01/30/17 REPO		1 000 000,00	94,85%	99,8%	997 664,93	94,9%	949 405,50
HIPOT 5 A2		239 395,23	73,00%	97,9%	234 367,93	73,0%	174 826,40
IBM CORP 1,375% 11/19/19		3 000 000,00	98,81%	98,9%	2 968 200,00	99,0%	2 968 926,57
JP MORGAN 12/10/2015		7 700 000,00	96,92%	100,1%	7 705 698,91	97,1%	7 473 063,89
KFW 1,75% 08/04/14		1 000 000,00	102,56%	100,8%	1 008 058,79	103,3%	1 032 743,84
KION 2006-1 A		502 224,10	60,00%	98,5%	494 924,46	60,1%	301 712,89
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		2 500 000,00	72,38%	102,7%	2 567 696,46	72,5%	1 813 706,74
LTR INVEST FLOAT 2016		3 000 000,00	100,00%	100,0%	3 000 075,17	100,1%	3 002 944,00
MAGEL 3 A		503 690,40	69,66%	98,7%	497 164,81	69,7%	351 063,42
METRO FINANCE 2,25% 05/18		2 500 000,00	101,84%	99,5%	2 487 200,00	102,0%	2 549 082,19
MORGAN STANLEY 13/04/2016		2 000 000,00	94,92%	99,9%	1 997 837,13	95,1%	1 901 017,22
MORGAN STANLEY 16/01/2017		2 500 000,00	93,65%	100,1%	2 501 250,00	93,8%	2 344 525,00
MORGAN STANLEY FLOAT 04/13/16 REPO		8 000 000,00	94,92%	99,9%	7 991 703,07	95,1%	7 604 068,89
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		1 400 000,00	98,29%	99,7%	1 396 132,50	98,3%	1 376 188,20
PELIC 2 A		218 926,83	82,84%	99,2%	217 101,86	82,9%	181 407,89
PELICAN 3 A		777 602,83	62,00%	98,3%	764 267,54	62,0%	482 221,93
ROYAL BK SCOTLAND 49		10 000 000,00	98,61%	100,8%	10 080 000,00	98,8%	9 881 109,76
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		5 000 000,00	83,13%	99,9%	4 995 402,43	83,1%	4 156 732,22
SOCIETE GENERALE 1% 12/19/17		4 000 000,00	99,85%	99,8%	3 991 340,00	99,9%	3 995 235,07
TELECOM ITALIA 4% 01/21/20		1 000 000,00	101,33%	99,2%	991 840,00	101,4%	1 014 425,89
THEME 4 A		678 024,95	60,71%	97,8%	662 905,00	60,8%	411 961,23
UNICREDIT 3,375% 01/18		1 850 000,00	100,88%	99,7%	1 844 209,50	101,1%	1 869 664,23
VOLKSWAGEN INTL FIN 2,125% 01/19/15 FVO		300 000,00	102,69%	99,7%	298 968,00	104,7%	314 114,06
XSTRATA FINANCE 2,375% 11/18		3 000 000,00	100,12%	99,6%	2 988 240,00	100,4%	3 011 648,63
	Subtotal	0	100 201 596,84		100 143 083,85		96 007 201,25
	Subtotal	0	128 451 596,84		128 772 670,22		124 756 229,29
	Total	1 709 921	128 451 596,84		445 929 954,39		412 025 660,23
	Total	2 077 108	266 361 596,84		694 472 667,92		663 698 410,59
3 - TOTAL GERAL	2 077 108	303 274 596,84			730 564 392,07		701 627 356,04



08. Divulgação das
Políticas de Remuneração

08. Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1. Política de Remuneração

1.1. Processo de aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da T-Vida é, nos termos previstos no Artigo 20º do Contrato de Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, sendo a mesma objeto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da T-Vida não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

1.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 14º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

1.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

1.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º. 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

1.5. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Contrato de Sociedade, constituído por cinco membros, dos quais um é designado Presidente pela Assembleia Geral.

Todos os membros desempenham, no âmbito do Conselho de Administração, funções executivas.

a) Remuneração

Os membros do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano, à qual pode ainda acrescer uma remuneração variável de acordo com os critérios e condições definidos na política de remuneração aprovada em Assembleia Geral.

Com exceção da atribuída ao seu Presidente, todos os membros do Conselho de Administração auferem a mesma remuneração fixa. Apenas a parte variável pode ser distinta.

b) Limites da remuneração

A parte variável da remuneração representará no limite 55% da Remuneração Total Anual.

Sem prejuízo do acima disposto, o valor a distribuir pelos membros do Conselho de Administração a título de remuneração variável, quando for atribuída, ficará sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 20º do Contrato de Sociedade, fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

c) Equilíbrio na remuneração

A parte variável corresponderá no máximo a 55% do total da remuneração, oscilando, em todo o caso, o montante exato desta componente da remuneração, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável é calculada em função do cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.

O valor da remuneração variável será proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos.

A remuneração variável é paga integralmente em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros do Conselho de Administração, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da T-Vida ou de qualquer outra empresa do Grupo, por parte dos membros do Conselho de Administração.

e) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros do Conselho de Administração assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado líquido do exercício;
- Rentabilidade dos capitais próprios;
- Rácio combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

f) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da T-Vida.

g) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da T-Vida.

h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração da T-Vida relacionadas com a cessação das suas funções.

i) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração da T-Vida, em caso de destituição sem justa causa.

j) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos membros do Conselho de Administração da T-Vida quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

2. Regime Complementar de Pensões ou de Reforma Antecipada

Os Administradores da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., em virtude de desempenharem idêntico cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. são beneficiários de um fundo de pensões denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., cujo regulamento foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade S.A., realizada em 27 de fevereiro de 2007.

As principais características do referido fundo de pensões encontram-se descritas na Política de Remunerações dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

3. Pagamentos Relativos à Destituição ou Cessação por Acordo de Funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada em Assembleia Geral.

4. Quadro de Remunerações Pagas aos Membros dos Órgãos Sociais da T-Vida durante o Ano de 2012

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Conselho de Administração			0,0
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	0,0	0,0	0,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	0,0	0,0	0,0
António Miguel Natário Rio-Tinto	0,0	0,0	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	0,0	0,0	0,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	0,0	0,0	0,0
Conselho Fiscal			20,4
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Pres.)	8,4	0,0	8,4
João Faria Rodrigues	6,0	0,0	6,0
Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura	6,0	0,0	6,0
Total Remunerações	20,4	0,0	20,4

Não foram considerados no quadro acima valores pagos pela Companhia de Seguros Tranquilidade, a título de remuneração variável ou fixa, aos membros dos Órgãos Sociais que, por força do processo de imputação de custos em vigor no Grupo Tranquilidade, se encontrem registados nas contas da T-Vida.

Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”

1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Diretor Coordenador, Diretor-adjunto, Diretor de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direções de Risco Global e Controlo Interno e Direção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade,

por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam, no caso concreto da T-Vida, os colaboradores cujo de sempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente o Diretor Geral e diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

d) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração

a) Composição da remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a atividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média na Companhia, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

Em termos individuais, o peso da remuneração variável a considerar para cada ano não deverá exceder os 30% do valor total da remuneração.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

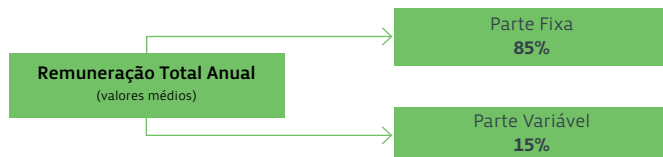
c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representa, em média para o conjunto dos Colaboradores da Companhia, cerca de 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da T-Vida, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá, em média, um peso de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado à Direção / área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento;

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da RVA consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo;
- Orientação para o Cliente;
- Capacidade de negociação;
- Conhecimento dos produtos e serviços.

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco.
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo.

4. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o setor segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o setor segurador.

5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Seguros T-Vida, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

Anexo I – Declaração de Cumprimento (n.º 1 do Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1			
I.2			
I.3			
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)			
II.1			
II.2			
II.3			
II.4			
II.5			
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1			
III.2			
III.3			Não aplicáveis à T-Vida
III.4			
III.5			
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1			Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos capitais próprios; - Rácio combinado. Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas. Não existem critérios não financeiros na avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.
IV.2			
IV.3			Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros T-Vida, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)			
IV.4			Tendo presente o baixo peso dos valores máximos considerados para a remuneração variável, bem como os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.
IV.5			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6			
IV.7			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9			Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos			
IV.10			Todos os membros do Órgão de Administração desempenham funções Executivas.
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição			
IV.11			Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1			Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.
V.2			Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros T-Vida, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.3			A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes;
V.4			Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo;
V.5			A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável			
V.6			O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7			Não aplicável face ao disposto no ponto anterior

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V.8			
V.9			
VI. Avaliação da Política de Remuneração			
VI.1			
VI.2			
VI.3			
VII. Grupos Financeiros			
VII.1			
VII.2			Não aplicável no caso específico da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
VII.3			Estas recomendações são avaliadas relativamente à Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
VII.4			

09.

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

09. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas Nº 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 865.913 milhares de euros e um total de capital próprio de 65.174 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4.530 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas Nº 312

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

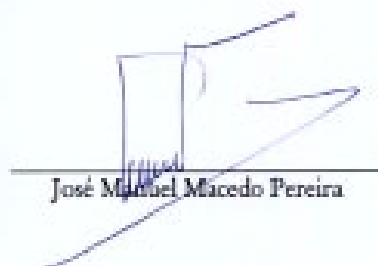
OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 12 de Março de 2013



Handwritten signature of José Manuel Macedo Pereira in blue ink, written over a horizontal line.

José Manuel Macedo Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

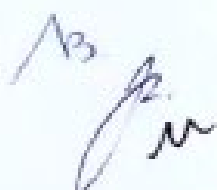
Exmo. Acionista da
T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2012, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das ações de verificação que considerámos necessários para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

No exercício de 2012, a produção registou um crescimento de 89,9%, face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pelo aumento significativo da comercialização de produtos financeiros, nomeadamente nos produtos de capitalização.

O rácio de solvabilidade estimado em dezembro de 2012 situou-se em 136%, que compara com 116% registado em 2011. Para esta variação favorável contribuiu a redução da margem de solvência exigida, em consequência da redução de seguros não ligados a fundos de investimentos (excluindo seguros complementares).



1

O Grupo Tranquilidade, no qual a T-Vida se insere, prosseguiu no decorrer do ano 2012 com o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguros. Em matéria de Solvência II foi, ainda, efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do programa (Roadmap) previamente definido.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2012 procedemos à apreciação do respetivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Companhia durante o ano findo em 31 de dezembro de 2012.

Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2012, datada de 12 de março de 2013, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das ações de fiscalização exercidas e acima resumidas, e em consonância com as respetivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 5 de fevereiro de 2013, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração:



- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2012, no montante de 4.529.748,78 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 15 de março de 2013

O Conselho Fiscal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal



